



IV Legislatura
II Sessão legislativa

Número: 28
Sexta-feira, 24 de Novembro de 1989

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite
Secretários: Deputados Jorge Cabral e Manuel Goulart

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10.00 horas.

A Assembleia concluiu a apreciação e votação do **Plano e Orçamento Regionais para 1990.**

Nos debates que antecederam as votações finais intervieram os Srs. Deputados Álvaro Pacheco (PSD), Martins Goulart (PS), António Silveira (PSD), António Varão (PSD), Manuel Valadão (PSD), Fernando Fonte (PS), Adelaide Teles (PSD), Melo Alves (PSD), Victor Cruz (PSD) e Renato Moura (PSD).

Produziram intervenções finais, sobre os documentos em análise, os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Rui Meireles (CDS), Dionísio de Sousa (PS), Borges de Carvalho (PSD), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral. Para prestar esclarecimentos subsequentes à intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa (PS) usou da palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, Gualter Furtado.

Passou-se, de seguida, à votação dos documentos em apreciação - Plano e Orçamento Regionais para 1990 - tendo os mesmos sido aprovados por maioria de votos do PSD.

Proferiram declarações de voto, a diverso título, os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Alvarino Pinheiro (CDS), Martins Goulart (PS) e Madruga da Costa (PSD).

Os trabalhos terminaram às 13.45 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

(Eram 10.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Adelaide Teles, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de

Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Henrique Aguiar Rodrigues, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Álvaro Pacheco, Madruga da Costa, Melo Alves, Manuel Valadão, Regina Cunha, Reis Leite, Renato Moura, Rui Melo, Mário Freitas, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - Albano Pimentel, Dionísio Medeiros, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Carlos Mendonça, Carlos Pinto, Dionísio de Sousa, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Manuel Bettencourt, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, Paulo Araújo, Renato Leal, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Victor Ramos; **CDS** - Rui Meireles; **PCP** - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 49 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos com a **continuação da discussão do Plano e Orçamento Regionais para 1990.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvaro Pacheco.

Deputado Alvaro Pacheco (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Sendo o comércio o elo de ligação entre o produtor e o consumidor, é também o responsável pela criação e manutenção de um grande número de postos de trabalho. Desempenha, pois, para além duma actividade económica, importante função social.

O Sector Comercial atravessa, neste momento, algumas dificuldades em reduções nas vendas, circunstância que se deve a factores da mais variada ordem, entre as quais se salientará os encargos que muitas famílias contraem para aquisição de casa própria, beneficiação das mesmas, filhos a estudar no Continente, etc..

Certo é que o Sector Comercial necessita, cada vez mais, de movimentar fundos que lhe permitam satisfazer a existência de stocks e o pagamento quase imediato que os fornecedores lhe exigem.

As restrições no mercado de crédito e a subida verificada nas taxas de juro, conjugada com o que atrás disse, levam várias empresas a uma crescente carência de capitais próprios.

Encontram-se, assim, prejudicadas muitas empresas nos aspectos das suas estruturas básicas, normalmente instalações que se

vão degradando sem possibilidade da sua recuperação.

Também necessitam várias firmas de apoios especiais na obtenção de meios financeiros para prosseguirem normalmente as suas actividades, evitando o seu declínio e permitindo manter os postos de trabalho.

Foi, pois, com natural satisfação que verificámos as verbas consignadas no Plano e Orçamento e destinadas a fazer face às carências atrás referidas.

É com natural expectativa que o comércio retalhista aguarda a concretização destas medidas.

O comércio é das actividades económicas de maior peso na Região e pela sua relevância social merecia que se olhasse ao exercício da sua actividade. Este Governo teve esta atenção.

O comércio não deixará de o reconhecer.

Estas e outras acertadas medidas em todos os sectores económicos e sociais fazem-nos dar o apoio ao Plano e Orçamento. Tenho a certeza que o Comércio desta Região está confiante.

Tenho dito.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

O registo histórico da pescaria do atum remonta ao tempo de Aristóteles. Na sua obra "História Animalium", o grande filósofo implicitamente reconhece a importância da pesca do atum ao escrever, com assinalável detalhe, as características fisiológicas e o comportamento do atum no Mediterrâneo. Sobre a formação de cardumes e os hábitos migratórios, Aristóteles afirma "(...) Das criaturas que vivem na água, muitas espécies de peixes são gregárias, tais como os chamados migradores, o atum e o bonito (...)" e refere uma época estival de pesca, salientando que a maior parte destes peixes "nadam juntos com as correntes".

Ele também assinala a existência de uma pescaria nocturna de atum ao mencionar que "(...) os vigias da pescaria do atum muitas vezes aproveitam o sono dos peixes para os cercar com redes (...)"; e especifica a duração da época de pesca e outras características peculiares da pescaria que passo a citar "(...) O atum também adormece no Inverno e em águas profundas e engorda excessivamente depois de ter dormido.

A estação de pesca para o atum começa ao nascer das Pléiades e dura, no máximo, com o poente de Arcturus; durante o resto do ano escondem-se e gozam de imunidade.

Por volta da altura da hibernação alguns atuns e outras espécies hibernantes são capturadas enquanto nadam em locais particularmente quentes e com tempo excepcionalmente limpo, ou em noite de lua cheia; porque os peixes são induzidos (pelo calor e pela luz) a emergir do seu lazer, reiniciando a procura de alimento (...).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Citei extensamente o conhecimento daquele que foi o génio mais vasto da Antiguidade que cerca de quatrocentos anos antes do nascimento de Cristo foi o primeiro cientista das pescas e cujo trabalho e método ainda suscitam a admiração dos seus sucessores modernos.

Hoje, a pesca do atum constitui uma significativa actividade económica em muitas culturas. De facto, os stocks de atum são pescados em quase toda a extensão das águas temperadas e tropicais de cada oceano por, aproximadamente, oitenta países e o correspondente valor económico das capturas fica provavelmente em segundo lugar, se considerarmos, em primeiro, o valor das capturas a nível mundial de camarão e espécies similares.

O mercado do atum é, por outro lado, "completamente elástico", o que implica que, seja qual for o grau de produtividade de uma pescaria de atum, este não excederá o índice da procura global dos seus produtos derivados.

Esta característica especial do mercado faz com que a pesca de tunídeos seja um empreendimento económico sempre atractivo se assentar numa política de gestão das pescarias, correctamente definida e executada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

A pesca do atum é especialmente importante para o crescimento económico de regiões insulares subdesenvolvidas situadas geograficamente nas zonas temperadas e tropicais que, recentemente, passaram a dispor de uma vasta Zona Económica Exclusiva. Em particular, a aplicação da Convenção da Lei do Mar de 1982 criou novas condições para o desenvolvimento sócio-económico das comunidades insulares que exibam um valor elevado do "ratio" entre a área da Zona Económica Exclusiva

e a superfície do território terrestre correspondente.

O Arquipélago dos Açores é uma região deste tipo. A sua Zona Económica Exclusiva abrange, aproximadamente, 938.000 quilómetros quadrados, enquanto que o total da superfície terrestre das nove ilhas é, somente, 2.305 quilómetros quadrados.

O potencial, ainda desconhecido, do "novo território" marítimo dos Açores, condicionará as opções futuras desta pequena comunidade, que tem ainda na agro-pecuária a sua actividade económica predominante.

Numa observação parentética devo acentuar que a topografia dos Açores não favorece o desenvolvimento, em larga escala, de pescarias de espécies demersais.

A plataforma continental do arquipélago tem uma área útil aproximada de 3.500 quilómetros quadrados, devido ao relevo vulcânico acidentado das ilhas, à existência de profundas fossas submarinas e de bancos dispersos.

A área reduzida do habitat das espécies demersais estabelece um limite superior para a quantidade de esforço de pesca que, a ser ultrapassado, danificará, irreversivelmente, os stocks das espécies demersais residentes.

Pelo contrário, a nossa pescaria de atum pode expandir-se significativamente.

A Zona Económica Exclusiva dos Açores é frequentemente visitada por frotas de países distantes (v.g. Japão, União Soviética, Coreia do Sul, etc.) bem como as de países mais próximos com poderosas frotas de pesca; o que definitivamente confirma a necessidade de se manter uma política expansionista para a pescaria do atum na Região. Devo, todavia, salientar que o índice de expansão não se encontra ainda avaliado e, por isso, impõe-se deixar um alerta pois o aumento do esforço de pesca não poderá ser feito ao acaso!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

A pesca do atum nos Açores arrancou no início da década de 50 com as primeiras capturas de bonito e patudo, com uma média anual de capturas de cerca de 1.500 toneladas, durante os primeiros anos de operação da pescaria. Esta pescaria é sazonal, com a arte de salto-e-vara e é fortemente influenciada pelos fenómenos de aquecimento e arrefecimento do Atlântico Central, na medida em que o ciclo climático e os desvios espaciais de um ramo da corrente do Golfo afectam o regime de variação

da temperatura das águas.

A pesca do patudo começa, tipicamente em Abril, seguindo-se-lhe uma pescaria de Verão com as primeiras capturas de bonito e voador.

O fim da campanha ocorre geralmente em Outubro, em consequência da deterioração das condições meteorológicas.

As capturas anuais evoluíram com flutuações significativas depois de se ter verificado uma tendência de crescimento constante até 1963.

Durante os últimos anos, com a expansão do esforço de pesca alcançado através da renovação e crescimento da frota, as capturas anuais têm aumentado progressivamente, excedendo em 1987 e em 1988 as 14.000 toneladas.

Para exemplificar uma situação concreta analisemos a evolução recente das capturas de bonito. Ela tem sido espectacular nos últimos anos: em 1985 - 1.500 toneladas; em 1986 - 5.200 toneladas; em 1987 - 8.200 toneladas; e em 1988 atingiu-se uma safra recorde que excedeu as 13.000 toneladas. Em 1989 o peso total de bonito descarregado pela frota atuneira dos Açores foi, até à data, cerca de 5.500 toneladas.

Apesar do baixo valor de capturas ocorrido este ano, o bonito pode considerar-se a espécie mais importante da pescaria do atum dos Açores.

Devido à inexistência de dados correlacionáveis, não se encontram explicações óbvias para a evolução da pescaria do bonito nem para a ocorrência da elevada flutuação detectada no valor das capturas anuais.

É mais provável que estas variações correspondam a alterações verificadas na distribuição espaço-temporal do bonito do que em consequência de modificações significativas no estado do stock desta espécie.

Até 1978, muito pouco se conhecia acerca da dinâmica geral do stock no Atlântico.

O Programa do Ano Internacional do Bonito que decorreu de 1979 a 1982, promovido pelo ICCAT, representou a primeira iniciativa internacional dirigida à avaliação do potencial dos recursos de bonito no Oceano Atlântico. Durante os quatro anos do programa, 35.000 bonitos foram marcados e um vasto programa de experiências científicas nas áreas da oceanografia, biologia, química e de artes de pesca foi executado com o objectivo de avaliar a estrutura do stock, e os parâmetros de migração, mortalidade, recrutamento e crescimento

da espécie:

Os resultados conseguidos sugerem a existência de um único stock de bonito no Atlântico, com uma larga distribuição desde o oriente até ao ocidente.

Todavia a informação obtida através das marcações efectuadas não permitiu a caracterização da dinâmica do movimento do bonito na Região do Atlântico Central.

Esta omissão inibe uma análise aprofundada e a interpretação consequente das flutuações das capturas observadas na pescaria dos Açores que devem estar relacionadas com as condições ambientais da pescaria e/ou, também, com fenómenos que ocorrem em regiões geograficamente distantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

As questões que se colocam à pescaria do bonito dos Açores são comuns às pescarias das espécies pelágicas em geral.

Esta problemática está intimamente relacionada com os mecanismos que influenciam a abundância do stock disponível à pescaria e à evolução da respectiva distribuição espacial.

Na verdade, se não houver informação - isto é o conhecimento dos dados e parâmetros científicos indispensáveis à caracterização da pescaria designadamente quanto à dimensão e à dinâmica do stock pelágico - **não será possível definir uma correcta política de gestão.**

Os três problemas fundamentais a resolver no contexto de uma pescaria pelágica são, designadamente:

1º - a caracterização do movimento do peixe pelágico;

2º - a determinação da abundância do stock;

3º - o dimensionamento da frota e a distribuição espacial do esforço de pesca.

A distribuição espacial do esforço de pesca refere-se à definição de estratégias de busca dos cardumes que a frota terá de cumprir no decurso da campanha, com o objectivo de maximizar as capturas. Para resolver esta questão central torna-se necessário recolher grande quantidade de elementos informativos sobre a pescaria para que os padrões sazonais, a evolução histórica e outros dados relevantes possam ser utilizados, com vista a reduzir o nível de incerteza, intrínseca ao fenómeno localização dos cardumes durante a faina da pesca. Por outras palavras, uma distribuição espacial do esforço de pesca pressupõe o conhecimento da dinâmica do movimento

dos cardumes.

Para além deste aspecto, a dimensão da frota constitui, igualmente, um importante factor quanto ao processo de optimização da estratégia de busca.

À primeira vista, poderá parecer que quanto maior for a frota maior será a sua capacidade de busca e de captura. Contudo, a definição de uma estratégia optimizada de pesca exige o conhecimento da abundância do stock por forma a permitir a determinação da dimensão adequada da frota.

Em resumo, o gestor de uma pescaria pelágica procura a resposta das seguintes questões:

1ª - Quais são as características da dinâmica do movimento de uma dada espécie pelágica?;

2ª - Qual é a dimensão do stock?; e

3ª - Qual deverá ser a estratégia da pesca?

Estas questões têm em conta as características principais da maioria das espécies pelágicas, nomeadamente: a capacidade de percorrer grandes distâncias em curto espaço de tempo - alta mobilidade -, o comportamento gregário e a capacidade selectiva de desenvolver uma procura orientada do ambiente mais favorável à sobrevivência da espécie, o que poderá conduzir ao estabelecimento de padrões migratórios.

Só se forem dadas respostas a estas questões essenciais se poderá definir uma adequada política de gestão da pescaria. De facto, a definição de uma estratégia óptima para a distribuição do esforço de pesca garantirá a utilização mais eficaz da frota para que se atinjam os desejáveis objectivos da safra; designadamente, ao conhecer-se uma estimativa rigorosa da abundância do stock, o gestor pode ajustar o esforço de pesca a quotas de captura que serão estabelecidas não só com a finalidade de maximizar as capturas, mas também tendo em conta a necessidade de proteger as espécies da sobrepesca; por outro lado, **a caracterização da distribuição espacial dos cardumes permitirá a determinação dos direitos de pesca, o estudo das intervenções entre diferentes pescarias e a adopção de decisões de gestão consistentes.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Podemos já fazer uma síntese preliminar.

Muito - e repito - muito está ainda por fazer nos Açores no que concerne à pescaria do atum, porque **não se conhecem os dados indispensáveis para a correcta definição**

de uma política de gestão da pescaria.

Uma correcta política de pescas não se resume em apoiar a construção de mais barcos, um pouco maiores e com melhor apetrechamento, **deixando os pescadores e os industriais à mercê da incerteza permanente porque ainda não se resolveram correctamente, os problemas essenciais do sector que têm, naturalmente, que ver com a investigação científica.**

Não basta, efectivamente, realizar Semanas de Pescas Anuais, cujo formato está desajustado e os seus benefícios - para além da propaganda política que geram - têm sido esparsos, sendo por exemplo mais defensável investir a sério na formação e actualização científica dos técnicos do sector e na formação profissional dos pescadores, dando também especial ênfase à experimentação intensiva de novas artes de pesca.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Muito antes do dealbar das comunicações por satélite e o desenvolvimento de novas tecnologias que permitem a medição remota das temperaturas das águas, em todas as regiões do mundo os pescadores do atum têm recolhido e analisado categorias distintas de informação qualitativa referentes às respectivas pescarias com o propósito de identificar e retirar vantagens das condições mais favoráveis para o êxito das campanhas de pesca.

Por exemplo, a escolha de águas "quentes", a importância de um mar límpido para as pescarias de superfície, as consequências de qualquer variação na abundância e distribuição espacial da cadeia alimentar do atum e o significado especial do comportamento inter-específico são alguns exemplos da informação tradicionalmente usada pelos pescadores do atum. Também, os efeitos da sazonalidade, a vantagem de efectuar buscas na vizinhança da área onde se verificaram as últimas capturas, bem como nas áreas de concentração de aves marinhas e de objectos flutuantes, e muitas outras sínteses empíricas conseguidas através da evolução e da acumulação das experiências de numerosas culturas piscatórias, inequivocamente manifestam o reconhecimento, por parte do pescador, que existem factores ecológicos que determinam a caracterização de uma pescaria pelágica.

Essencialmente, este facto corresponde à constatação de que uma operação com

êxito de uma pescaria comercial depende significativamente da qualidade de informação disponível acerca do respectivo ecossistema.

Embora muitos pescadores e gestores já tenham aprendido a beneficiar da utilização sistemática de dados dos domínios oceanográfico, da meteorologia e da biologia, só o cientista de pescas pode fornecer o coerente enquadramento teórico e os instrumentos necessários para a análise da operação de uma pescaria e, por último, desenvolver modelos em que se venham a apoiar estratégias de pesca adequada.

É tarefa principal do cientista de pescas estabelecer requisitos de informação indispensáveis à pescaria, bem como promover a implementação dos correspondentes projectos de aquisição de dados.

O grande objectivo a atingir resume-se na utilização completa e óptima da informação necessária com vista à optimização dos processos que conduzirão à satisfação de metas definidas para a empresa das pescas, cujo êxito só será possível através da cooperação, sem reservas, entre os pescadores, os gestores e os próprios cientistas.

Devo, especialmente, salientar que a determinação do início da campanha de pescas constitui um factor determinante do sucesso ou insucesso da pescaria; daí que a qualidade da informação disponível seja particularmente crítica para a definição da gestão do esforço de pesca inicial **porque os pescadores têm que decidir onde começar a operação de busca do primeiro cardume da safra.**

Este complexo problema assume uma relevância particular numa pescaria pelágica devido à incerteza intrínseca da respectiva operação que deriva da alta mobilidade das espécies pelágicas e da natureza aleatória do processo de busca e da captura.

É bem conhecido o facto de que algumas espécies pelágicas têm a capacidade de percorrer grandes distâncias; e sempre que as características biológicas e físicas do respectivo ecossistema marinho exibirem variações periódicas, este potencial pode conduzir ao desenvolvimento de padrões de movimento sazonais dos cardumes pelágicos.

A produção de uma pescaria pelágica depende, portanto, em grande parte, da qualidade da informação referente à evolução espaço-temporal da distribuição dos cardumes.

Os cardumes de peixes pelágicos podem classificar-se como alvos com elevada mobilidade que rapidamente podem entrar e sair da zona de pesca.

Assim, o conhecimento prévio da existência de padrões relativos à sazonalidade da deslocação dos cardumes baixará, obviamente, a incerteza subjacente ao processo de localização dos peixes.

Por outro lado, se tal padrão não puder ser estabelecido, a probabilidade de executar buscas com êxito fica altamente diminuída, na medida em que a operação de pesca reduzir-se-á a perseguições aleatórias de alvos móveis cuja distribuição espacial é desconhecida.

Aqui reside a questão fundamental da pescaria do atum nos Açores.

A informação requerida só pode ser obtida através de um empenhamento político claro e devidamente apoiado que se traduza no arranque de um novo programa de investigação científica das pescas nos Açores, que ultrapasse a mera utilização dos dados estatísticos referentes às capturas comerciais.

As experiências biológicas, físicas, oceanográficas e meteorológicas, apoiadas em tecnologias que ainda não se encontram à disposição dos cientistas açorianos, terão de ser, obrigatoriamente, realizadas. Torna-se portanto, urgente reforçar, a atenção e o investimento para este sector, estabelecendo convénios, "joint-ventures" científicas, mas, acima de tudo, autonomizando a capacidade científica e tecnológica das instituições científicas da Região.

Só assim se evitará que andemos à deriva, e, o que será ainda mais grave, a ser levados por aqueles que, parecendo nossos amigos, só esperam pela hora certa para ocupar as águas da ZEE dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Chamo particular atenção para a necessidade de se conceder prioridade a um projecto de avaliação dos stocks das espécies pelágicas.

O facto de os Açores se encontrarem na periferia do habitat das espécies com elevado valor comercial não é, em si mesmo, uma desvantagem como alguns pretendem fazer crer. Obriga, todavia, a um rigoroso estudo dos diferentes ecossistemas, designadamente, quanto à detecção das frentes térmicas, das zonas ricas de nutrientes e da evolução das temperaturas. As tecnologias existem e só falta serem utilizadas.

A Região tem de adquirir um barco oceanográfico e, pelo menos, garantir o acesso a meios de detecção remota de temperaturas, velocidade do vento, de correntes marinhas, e outros parâmetros de interesse científico.

Urge também renovar métodos porque os avanços da ciência já permitiram demonstrar que determinados modelos ainda hoje utilizados por exemplo, para a avaliação de stocks, não são válidos e outros têm de ser corrigidos, sob pena de se cometerem gravíssimos erros de avaliação.

Terá igualmente de ser organizada uma nova forma de relacionamento com os pescadores para se levar esta empresa a bom termo. Os nossos pescadores do atum deverão colaborar com as instituições científicas, e por isso têm de ser persuadidos a acreditar que beneficiarão do esforço suplementar que lhes será pedido.

Será necessário utilizar o esforço de pesca da frota comercial para recolher dados de interesse científico, mas numa forma que não perturbe a faina da pesca, apetrechando as embarcações com o equipamento mínimo para a realização de amostragens de parâmetros fundamentais para a caracterização da pescaria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Temos de mudar mentalidades.

Dos governantes, dos responsáveis das instituições, dos pescadores, dos armadores e dos gestores do sector das pescas.

Em 1996 poderá ser tarde.

Quase tudo está ainda por fazer e, se não emendarmos caminho de imediato, ficará mesmo tarde para defendermos os nossos direitos na nossa própria terra.

Que haja coragem e determinação para assumir a responsabilidade da mudança, são os meus votos.

Disse.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estão em discussão, nesta Casa, documentos importantes, para que seja possível continuar o progresso e corrigir, ainda, algumas assimetrias existentes.

É que a nossa aposta inicial continua sempre presente - o desenvolvimento harmónico regional.

Neste debate os Deputados do PSD põem todo o seu empenhamento e entusiasmo,

fazendo-o com realismo e com a noção da exigência que é necessária ter em conta na discussão e análise de documentos desta natureza.

Mas a nossa posição é de concordância, confiança e certeza.

Não nos sentimos frustrados, antes pelo contrário.

Com o Governo, procuraremos em diálogo (mas sem abdicar de determinadas posições) encontrar as soluções possíveis e reais, para que os objectivos apontados possam ter uma elevada taxa de execução.

É um sinal do entendimento e coesão que existe entre o Governo e o Grupo Parlamentar que o suporta.

Deputado Rui Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: E mais realizados e livres nos sentimos porque, aqui e quando julgamos oportuno, fazemos e faremos ao Governo as observações que entendermos oportunas.

Assim temos trabalhado, e assim vamos continuar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento da Região continua a processar-se com o ritmo e a responsabilidade de quem aceitou conduzir o destino da Região, por incumbência livre e democrática dos eleitores açorianos.

Continuaremos a fazê-lo com a serenidade e a clareza de quem faz do poder um projecto ao serviço do povo e da causa açoriana.

Por toda a Região renovamos a esperança, mudamos o presente e alicerçamos o futuro.

Os Açores são terra de todos e para todos, e hoje, inequivocamente, uma realidade bem diferente de antes do 25 de Abril.

Mas com o sentido e a responsabilidade do cargo que cada um ocupa, procurando, no debate das ideias, encontrar o melhor caminho a percorrer.

Não no debate do vazio, ou de "demagogia programada à distância" para determinada ocasião.

Não motivados pelo "desespero de não ser aquilo que ainda se não é".

Não no atirar a pedra, sem pensar que todos temos telhado de vidro.

O futuro constrói-se na esperança e na diferença, não se constrói no combate às pessoas ou à sua dignidade, mas sim às ideias ou aos projectos de sociedade que essas mesmas pessoas representam.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Apoia-do!

O Orador: Por nós - deste lado - na maioria democrática, estamos dispostos a confrontar

ideias e projectos de desenvolvimento numa linha de coerência e realismo que procuramos introduzir à nossa actuação.

Não aceitamos é rótulos, vindos de outras origens, cuja colecção completa foi acrescida por outros mais deveras bem divertidos!!!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Vozes do PS: Não apoiado!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este ano e em relação ao Plano agora em discussão procuraremos ter uma atenção muito especial em relação ao índice de execução deste mesmo documento.

Mais do que apontar obras ou acções sectoriais que, por motivos óbvios não puderam ser incluídas na programação para 1990, optaremos por fiscalizar com coerência o ritmo de execução dos investimentos previstos, procurando, dentro das prerrogativas estatutárias adequadas, que essas obras tenham uma fiscalização técnica à altura da sua dimensão e ou objectivos.

Assim - e em relação à Ilha de S. Jorge - será essa a atitude que, este ano, opto por tomar, dentro duma perspectiva diferente:

- é de que, resolvidos alguns problemas, podemos avançar **no futuro** para aqueles que ainda não foram contemplados.

Usarei como documentos base deste trabalho que me proponho realizar, o Comunicado do Governo Regional de 27.10.89, aquando da sua visita àquela ilha, bem como, e essencialmente, o Plano para 1990, tendo em vista fundamentalmente:

- o ritmo de execução da obra de ampliação do Porto de Velas, já em fase de trabalhos necessários ao seu início;

- o resultado dos estudos necessários ao desassoreamento do Porto da Calheta e à sua maior operacionalidade;

- os estudos necessários para as obras que se efectuarão no Porto do Topo;

- os novos horários para os "Cruzeiros", para melhoria do serviço prestado àquela ilha;

- o projecto e a construção dos terminais portuários para passageiros na Calheta e nas Velas;

- o melhoramento dos topos da pista do aeródromo de S. Jorge, bem como os sistemas de ajuda à aproximação aérea;

- o início da construção da via rápida, estrada regional entre a Urzelina e as Manadas;

- a construção da residencial para religio-

sas nas Velas;

- a montagem dos novos grupos termoelétricos na Central do Caminho Novo;

- a construção da nova linha de transporte de 14 kw entre a Central do Caminho Novo e a Relvinha (Calheta);

- a conclusão e entrada em funcionamento da Casa Etnográfica da Calheta;

- a continuação dos cursos de formação profissional para os agricultores;

- a implementação de um programa de "marketing" do queijo de S. Jorge com vista ao incremento das vendas no estrangeiro;

- a continuação de aberturas de caminhos de penetração principalmente nas zonas mais carentes da ilha;

- a construção da Casa de Matança, cujo lançamento do concurso público ainda se realizará este ano;

Deputado Francisco Sousa (PS): Outra vez?

O Orador: - a entrada em funcionamento da Secção de Bombeiros, da freguesia do Topo;

- ampliação da escola primária de Velas, e construção dos novos edifícios escolares da Beira e Boa-Hora;

- melhoria das instalações do ensino preparatório;

- início das obras no Lar de Idosos João Inácio Sousa;

- continuação das obras das Casas do Povo da Beira e Santo Amaro;

- apoio às cooperativas de transformação de leite;

- melhoramento e aumento do Porto de Pesca do Norte Grande;

- apoio à pesca industrial e artesanal;

- participação do Governo em empreendimentos turísticos;

- pavimentação do troço da E.R. 1-2ª entre Velas-Norte, Relvinha e Ramal para Calheta, bem como a pavimentação da E.R. 3-2ª entre Santo António e Pico Caldeiras com a construção de miradouros, e bem assim a pavimentação da E.R. 2-2ª entre Ribeira Seca e Topo e miradouros da Serra e sobre a Vila;

- apoio à modernização do sector comercial e industrial;

- apoio a instituições de carácter social, cultural e desportivo.

É lógico, que o Plano, e em relação àquela ilha, contém outras acções, também tão importantes como as aqui referidas, mas que seria maçador enunciar, mas que não descuraremos de acompanhar com entusiasmo e a vontade de servir e colaborar para

o desenvolvimento da ilha e da Região.

Se os investimentos previstos no Plano de 1990, forem realizados naquela ilha, ou seja, se a iniciativa privada aderir a esquemas que estão postos à sua disposição, e **conto efectivamente com o vigor e o entusiasmo dos agentes económicos tão fundamentais ao progresso** daquela ilha, e que, felizmente, dentro das suas possibilidades, têm respondido positivamente, estaremos todos de parabéns e os Açores estarão também mais ricos e desenvolvidos.

Dar-me-ei por feliz se, como Deputado Regional, puder ver realizado, na ilha por onde fui eleito, pelo menos 80% de um milhão, seiscentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco contos, inscritos no Plano para 1990.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Saem os Sociais Democratas deste debate mais reforçados porque, cada vez mais conscientes de que dentro das suas possibilidades humanas e materiais, ainda somos capazes de cumprir a esperança e desenvolver os Açores.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PSD)

O Orador: Sentimo-nos com o entusiasmo da primeira hora, porque fomos capazes de, ao longo deste percurso, termos sabido equacionar os ensinamentos e as recomendações que o Povo dos Açores no sugeriu.

Melhor, sentimo-nos mais motivados, porque não andamos na política recalçados, revoltados, auto-elogiando-nos, orgulhosos da nossa própria vaidade, praticamos a política com entusiasmo, com clareza e também com simplicidade, coerência e, acima de tudo, tolerância.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Julgo que na política é a tolerância e a humildade que marca, define e projecta os homens.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Entendo que, num regime democrático, também as oposições têm o seu lugar e o seu valor.

Entendo, pois, que tenho de prestar "**uma homenagem**" ao Partido Socialista.

Depois da bancada socialista ter elogiado e rejuvenescido os meus colegas de bancada, Melo Alves e Francisco José, de ter louvado (e muito bem!) o trabalho, por exemplo,

do Sr. Secretário António Menezes **mas, e acima de tudo, o terem reconhecido implicitamente que a liderança da Juventude Açoriana está no seio do PSD...**

Deputado Fernando Fonte (PS): Não apoiado! É falso!

O Orador: ...dentro dos mesmos parâmetros com que o elogio do PS foi produzido, seria politicamente errado não prestar uma homenagem ao PS.

Vou fazer-lhe essa homenagem!

Os Srs. Deputados que aqui estiveram em legislaturas anteriores, aqueles que duma maneira ou doutra têm seguido a sua actuação, concordarão comigo, que pela sua postura e pela sua conduta política, dentro do projecto PS, esta homenagem só poderia ser prestada ao ex-líder PS, Deputado Carlos César.

Vozes do PS: Não apoiado!

Deputado Albano Pimentel (PS): Ele tem um fascínio por ele!

O Orador: E termino, não sabemos o que nos reserva o futuro - não temo esse mesmo futuro - a minha Universidade tem sido a luta do dia a dia, se Deus me der vida e saúde espero ensinar aos meus filhos - acima de tudo - os princípios que me fizeram aderir ao PSD, no já longínquo ano de 1975 - princípios pelos quais em todo o mundo se luta: o respeito pela pessoa humana.

Respeito esse que não pode levar dirigentes responsáveis de um partido político a afirmar em debate televisivo, onde nem participava a pessoa acusada, no caso concreto o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, que o mesmo teria afirmado ontem, neste Parlamento, que o problema dos Açores seria a saída de 12.000 pessoas, para poder haver uma maior distribuição das verbas pelos restantes habitantes.

Essa atitude, não verdadeira, é o sinal mais refinado e puro da demagogia de alto quilate.

Disse. Muito obrigado.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem
(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Varão.

Deputado António Varão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No dia 13 de Dezembro de 1988, tive a honra, pela primeira vez, de dirigir nesta

tribuna a palavra a todos os Açorianos. Fi-lo com muita humildade, mas com uma certeza, afirmação e a promessa de pugnar pelo bem estar social, económico e cultural do Povo Açoriano, que prezo e orgulho-me pertencer.

Nessa altura, levantei algumas questões, que entendi oportuno serem levantadas e a referida crítica construtiva para cada uma das mesmas. Devo referir e reafirmar que politicamente este será sempre o meu comportamento nesta Casa.

Passado algum tempo, não muito, em Março passado, aquando da discussão e aprovação do PMP e do Plano e Orçamento para 1989, verifiquei que as questões levantadas tinham merecido a devida atenção por parte do Governo Regional. Passado agora mais algum tempo, também relativamente curto, pode-se verificar que muitas das mesmas, já foram executadas e outras em vias de execução, por se encontrarem programadas.

A presente proposta de Plano para 1990 contém projectos e acções de acordo com o Plano de Médio Prazo, a que damos o nosso incondicional apoio.

No entanto, com os novos factos surgidos, nomeadamente as limitações financeiras verificadas, o Governo Regional propõe-se adoptar uma nova estratégia política das suas receitas, racionalizando os recursos com vista à concretização plena e eficaz do investimento e dinamizando os meios humanos e materiais de forma eficiente e equilibrada.

O Governo fará em 1990, como já aconteceu no ano corrente, a execução criteriosa dos seus meios financeiros, a compensar a situação aludida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Também naquela altura disse que, no meu entender, as Juntas de Freguesia deveriam ser personalizadas, atribuindo-lhes muitas mais acções. Felizmente, não foram palavras vãs, gradualmente esta filosofia vem acontecendo de forma correcta, transferindo-se para as Juntas de Freguesia algumas acções, nomeadamente um maior acompanhamento do Programa de Recuperação de Habitação Degradada, a compra de casas desabitadas, com a finalidade de resolver situações de habitação a famílias em situação de calamidade, entre outras acções que pontualmente aparecem e são resolvidas com a colaboração do Poder Regional ou Municipal.

A cooperação financeira com as Câmaras Municipais também tem permitido acelerar um conjunto de investimentos, deslocando-se parte das verbas próprias das Câmaras para outros fins, com incidência nas freguesias. Assim, ficam por vezes resolvidas acções que, inicialmente, não foram possíveis dotar no Plano de Actividades e Orçamento Municipal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Por estar certo que o melhor caminho é o da entreaajuda, foi com regozijo que recebi a informação de que as áreas de cooperação irão ser alargadas, através de diploma cuja proposta o Governo já entregou na Assembleia Legislativa Regional.

Vai ser possível fazer ainda mais e melhor.

As Câmaras Municipais vão, na sequência da aprovação da proposta já submetida a esta Assembleia, aumentar o seu investimento, nomeadamente em tudo o que se relaciona com o saneamento básico, pois passa a ser possível a cooperação nas áreas da recolha e tratamento de lixos e esgotos, bem como nas obras relacionadas com os caminhos municipais.

Também é de salientar que a cooperação tem possibilitado realizar obras, tal como as relacionadas com o abastecimento de água.

Assim, será possível dar aos munícipes em particular e aos Açorianos em geral, uma melhor qualidade de vida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para terminar, quero expressar todo o meu apoio, sem qualquer reserva, aos documentos em discussão nesta Assembleia, apresentados pelo Governo Regional, porque são documentos, realistas e inovadores, ao contrário das propostas da oposição que são eleiçoeiras e mentirosas, de modo particular do Partido Socialista.

Deputado Duarte Pires (PS): Não há propostas nenhuma!

O Orador: A oposição tem medo de enfrentar a verdade, sabe que assim não vai a parte nenhuma.

O medo derrota mais gente que qualquer outra coisa no mundo.

O PSD não trilha por este caminho, fala verdade, com sinceridade, olhos nos olhos, a todos os Açorianos.

O processo mais seguro de vencer o devastador medo é possuir atrás de si um grande leque de experiências vitoriosas e estas a oposição não as tem, nem nunca terá,

de Governação Regional dos Açores.
Disse.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Estamos perante a discussão de um Plano e Orçamento, o de 1990, integrado no PMP 89/92.

Seria normal que esta discussão fosse franca e aberta, tanto pelo lado do Governo e do PSD, como pelo lado da oposição, como aconteceu muitas vezes em anos transactos.

Esperava-se uma discussão com interesse, pois a necessidade de ajustamentos que o Governo se viu obrigado a efectuar por conta de redução de financiamento que não chegará conforme se desejava, por si só dava à oposição a oportunidade de "atacar" e ao Governo a possibilidade de se "defender".

Mas nada disto está a acontecer.

A oposição, ou melhor o Partido Socialista, viu-se obrigado a alterar a sua estratégia em virtude de ter anunciado uma moção de censura que, por incapacidade para a fazer, transformou-a em interpelação ao Governo, mas porque perdeu o "timing" e já não podia desistir dela pois assumiu um compromisso público, não teve outra alternativa que desviar-se da discussão do Plano a fim de tentar salvar a honra do convento e fazer "show" numa interpelação ao Governo, dois dias depois de não ter conseguido discutir o Plano.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!
Vozes do PS: Não apoiado! Não apoiado!

O Orador: Se há dúvidas sobre o que acabo de afirmar veja-se, por exemplo, o caso do Sr. Deputado Francisco Sousa que muito tempo gastou mas sobre a Educação não obrou.

Deputado Francisco Sousa (PS): Vai obrar!

O Orador: Coisas do Partido Socialista, que só o Partido Socialista entende, já que tanto os seus colegas de coligação, ou seja, o CDS (nos Açores) e o PC (no Continente), não entendem, ou melhor, tal como o PSD acham a interpelação nesta altura perfeitamente despropositada.

Mas como se isso não bastasse vem juntar-se um novo elemento à discussão do Plano

- a necessidade do Sr. Deputado Martins Goulart se reafirmar como líder do PS, passado que foi um ano de ausência mental da Assembleia.

Deputado Fernando Fonte (PS): Não apoiado!

O Orador: A preocupação de tal afirmação e, pior ainda, de dar "show", e de tal ordem que ele não vê Plano, não vê Assembleia, não vê Governo e nem os colegas deputados vê: apenas vê diante de si o Doutor Mota Amaral!

Deputado Duarte Pires (PS): Ele já respondeu a isso ontem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Na previsão para 1990 a Agricultura sofreu ajustamentos importantes.

Aparentemente poderia pensar-se que este ajustamento se traduz numa redução do desenvolvimento do sector.

Esta ideia é falsa porque, na realidade, o aumento de investimento do Plano de 1989 para 1990 é de 30%, o que indicia uma intenção clara de continuar a desenvolver o sector agrícola.

Para além disso, este ajustamento foi pensado por forma a não diminuir a dinâmica de acções que pela sua natureza não poderiam deixar de ter um incremento rápido, entre as quais se destacam os casos da Organização de Produção e a Formação Profissional.

A redução de investimento no incremento das infraestruturas agrícolas tem alguma lógica por ser a área onde mais rapidamente se pode recuperar nos anos vindouros. Contudo, pensamos que essa redução deveria ter sido repartida pelo total das infraestruturas da Região e, assim, penalizar menos o sector agrícola. Apesar de tudo, o crescimento do investimento neste sector das infraestruturas de 1989 para 1990 é de 85%.

A integração plena na Comunidade Económica Europeia obriga a que, o mais rapidamente possível, as nossas estruturas agrícolas se modernizem.

A diminuição dos rendimentos das explorações, o difícil recurso ao crédito, a baixa poupança e o difícil acesso às ajudas comunitárias colocadas à disposição através do Regulamento CEE 797/85 tem contribuído para um baixo investimento nas explorações agro-pecuárias.

A diminuição dos rendimentos das explorações tem sido compensada pelas indemnizações compensatórias que felizmente na

Região tem funcionado bem. É a única componente do Regulamento 797 que funciona em pleno.

Quanto ao investimento na lavoura, o Governo Regional, atento às dificuldades e entre outras medidas, colocou à disposição da lavoura ajudas importantes para aquisição de máquinas e construções para a ordenha, com a intenção de melhorar a qualidade da produção e as condições de trabalho dos agricultores.

Este mecanismo promete ser um sucesso, dada a grande aderência já verificada por parte dos agricultores, apesar de ter começado há apenas 2 escassos meses, e apresenta-se facilitado pela forma como se executa a análise e a rapidez da atribuição do subsídio.

Paralelamente, e num esforço desenvolvido pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, perspectivam-se modificações importantes na aplicação do Regulamento 797/85 que irão facilitar a acessibilidade por parte do agricultor às ajudas comunitárias e assim também poderemos retirar da Comunidade um maior fluxo de fundos indispensáveis ao investimento nas estruturas das nossas explorações agro-pecuárias.

Desta forma acreditamos que em 1990 o necessário e desejado investimento na agricultura, por força das acções do Plano, ganha nova dinâmica e irá contribuir para a aceleração do desenvolvimento regional.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte para um pedido de esclarecimento.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era para perguntar ao Sr. Deputado Manuel Valadão se ele esteve presente na Sala enquanto o Deputado Martins Goulart proferiu uma intervenção sobre um sector do nosso Plano e da nossa economia que reportamos de muito importante.

Estava ou não estava presente na Sala?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão para prestar o esclarecimento solicitado.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para informar o Sr. Deputado Fernando Fonte de que estava na Sala.

Julgo que vai haver uma segunda pergunta, mas o Sr. Deputado terá que a fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que o Sr. Deputado Manuel Valadão quer-me fazer gastar tempo e ao meu partido e nós já temos muito pouco.

Portanto, aquilo que eu queria dizer já lhe disse, e o Sr. Deputado é que não conseguiu responder.

Presidente: Tem agora a palavra a Sr^a Deputada Adelaide Teles.

Deputada Adelaide Teles (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eis-nos a apreciar o Plano e o Orçamento do Governo Regional para o ano de 1990, instrumentos indispensáveis ao desenvolvimento dos Açores.

O Governo aposta no aumento da produção e do emprego, contando com a iniciativa privada, sem deixar contudo de prever esquemas públicos de apoio.

O Plano privilegia os sectores da Agricultura, que urge modernizar, das Pescas e do Turismo, que se pretende continuar a desenvolver.

A par do desenvolvimento económico, dá-se grande importância aos sectores sociais.

De entre estes não pode deixar de assumir papel de relevo a Educação - privilegiada neste Plano - a qual é fundamental para que todos os cidadãos possam ter, durante toda a sua vida, um acesso facilitado a todos os benefícios sociais e bem assim aos recursos disponíveis para apoio ao desenvolvimento económico, gerador de riqueza e de bem estar.

No que se refere à construção de edifícios escolares, não posso deixar de manifestar o meu contentamento por ver contemplado com 15.000 contos a construção de um edifício com 2 salas de aula na Vila de Santa Cruz da Graciosa. Igual montante é atribuído à escola das Fontes. Estas obras são de grande necessidade, pois tanto o edifício escolar de Santa Cruz, como o das Fontes, carecem de mais uma sala para o 1º ciclo do ensino básico e de instalações para a educação pré-escolar.

O edifício da escola da Praia, depois de remodelado, foi posto ao serviço da população escolar daquela freguesia mas com mobiliário antiquado. É com agrado que verificamos que 1990 será o ano da dotação do equipamento adequado àquele

edifício.

No que se refere à Cultura, 23.240 contos é a verba prevista para a Ilha Graciosa. O apoio a instituições culturais e científicas, às escolas de música filarmónica e de instrumentos de corda, à Casa de Etnografia, incentivos previstos pelo Decreto Legislativo Regional nº 10/88/A, para preservação do património arquitectónico, o plano de salvaguarda da Vila e recuperação de fachadas de imóveis particulares com interesse arquitectónico são acções a desenvolver na Ilha Graciosa no âmbito da Cultura. Todavia o aproveitamento total daquela verba dependerá em parte de iniciativas locais.

Espera-se que a Filarmónica de Santa Cruz da Graciosa seja contemplada com instrumental novo, o que constituirá um incentivo para a aprendizagem da música e revitalização da banda.

Naturalmente que o Governo, com o seu já bem demonstrado espírito de apoio às iniciativas da comunidade, não deixará de continuar a apoiar a construção da sede para a Filarmónica da Praia da Graciosa.

Idêntica atitude de apoio merece a reconstrução da igreja paroquial da freguesia de Guadalupe, que foi encerrada ao culto aquando do sismo ocorrido este ano naquela ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A construção de novas unidades de saúde e a beneficiação das existentes são Programas da Secretaria que tem a seu cargo a Saúde.

No que concerne à Ilha Graciosa ainda não foi realizada qualquer obra no edifício hospitalar existente e que não tem capacidade para albergar os diversos serviços. A sua ampliação tem um carácter urgente e é com agrado que a vejo neste Plano no Programa 9 - Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde. Contudo, o que se pretende não é apenas a construção de instalações para as enfermeiras religiosas, mas também criação de espaços para gabinetes médicos e outros serviços de apoio à comunidade, nomeadamente os de materno-infantil, vacinação, fisioterapia, laboratório de análises e serviços administrativos.

Apraz-nos registar que no Conselho do Governo Regional, realizado este ano na Ilha Graciosa, foi deliberado pôr a concurso as obras da residência para as religiosas e remodelação do referido Hospital.

Todavia tal não aconteceu ainda, porque

se verificou que o projecto apresenta algumas deficiências de pormenor e que por isso necessita de ser completado. Penso que este problema será rapidamente ultrapassado.

Contudo, a acção do Governo não se limita à colocação de "bloco sobre bloco".

Neste 1º ano do 4º Governo Regional foi posto em execução o diploma que criou os Centros de Saúde da Região, medida de grande importância, uma vez que permite a todas as pessoas terem mais fácil acesso aos cuidados de saúde. É de salientar o esforço desenvolvido para que nas ilhas, onde não existem Hospitais nem especialidades médicas, cheguem com regularidade alguns especialistas e se desloquem os doentes aos centros de cuidados diferenciados.

Outro aspecto que consideramos importante para todos quantos precisam, em situação de urgência, de meios que lhe facilitem chegar aos recursos médicos existentes, foi o acordo celebrado entre a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social e a Secretaria Regional da Administração Interna, permitindo que os Bombeiros Voluntários assegurem um serviço permanente de ambulâncias, sendo as Secretarias Regionais referidas a suportar as despesas que daí advêm.

Se ao Governo cumpre assegurar a todos, e a cada um, os adequados cuidados de saúde, aos indivíduos cabe também alguma responsabilidade, quer na procura de uma vivência de bem estar físico, psíquico e social, quer no recurso atempado aos meios de diagnóstico e de terapêutica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sabemos que as **acções previstas** progressiva e regularmente **se irão concretizando**, como no passado tem acontecido. Exemplo disso, bem recente aliás, é o de um vultuoso investimento - o Quartel dos Bombeiros Voluntários da Ilha Graciosa - inaugurado em 12 de Agosto do corrente ano.

Por estas razões é que também este Plano e Orçamento irão ser **aprovados** pelos Deputados do Partido Social Democrata.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Melo Alves.

Deputado Melo Alves (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Foi agradável verificar que na primeira intervenção socialista deste debate do Plano Anual de 90 se entendia que o aspecto fundamental era o da sua componente financeira. Assim é, na verdade, Srs. Deputados!

O Plano de Médio Prazo, aqui aprovado há oito meses, não sofreu contestação quanto aos seus grandes objectivos, nem quanto às suas prioridades, nem sequer quanto aos seus 43 programas. Houve apenas propostas de pequenas alterações nalguns programas e de transferências entre eles de parte das verbas previstas.

Estamos perante um Plano Anual que não se afasta da filosofia e orientação do PMP.

Como já foi verificado nas Comissões, e está claramente expresso neste Plano, o que há de novidade é o crescimento dos investimentos não atingir a percentagem da estimativa do PMP.

O problema orçamental que o Partido Socialista parecia ter descoberto estava, afinal, inteiramente assumido pelo Governo e pelos deputados do PSD desde há várias semanas, como resulta da documentação apresentada e dos relatórios das Comissões que estão na nossa presença.

Já há anos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que temos apontado para um conjunto de realizações muito vasto que não se compadece com uma atitude de timidez quanto aos recursos financeiros a disponibilizar. Lançámos conscientemente a nós próprios um desafio que implica um grande esforço para alcançar maiores verbas e para utilizar correctamente aquelas de que dispusermos.

Esse desafio que nos propúnhamos não derivava do nosso amor ao jogo ou ao risco: mas da vontade política firme de tudo fazermos pelo desenvolvimento do Povo Açoriano com o mínimo de empenhamento do futuro.

Não fora essa atitude de coragem, e teríamos conseguido o que conseguimos nestes 13 anos?

Muito lutámos, mas realizámos por todos os Açores o que está à vista de todos os Açorianos. E temos ainda capacidade de endividamento para podermos absorver nos próximos - decisivos - três anos as participações dos Fundos Estruturais da CEE para os investimentos de que continuamos a necessitar.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não foi uma política aventureirista, foi sim uma política ousada de risco calculado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Razão tinha, pois, o Sr. Deputado do PS: é fundamental o financiamento deste Plano Anual. Simplesmente nós, os do PSD, já o sentimos noutros anos e temos avançado conscientemente sobre o fio da navalha, a fim de realizarmos o máximo de investimento em cada ano.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem!

O Orador: Por isso foi possível que o investimento público na Região tivesse subido ao longo dos anos a taxas tão elevadas. Esta ano houve apenas que moderar a taxa de crescimento.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Não posso concordar porém com a opinião de outro Sr. Deputado, também do PS e que igualmente prezo, quando afirmava estarmos num pseudo-debate, num debate a nada conducente, num debate imagem de desânimo, de frustração e de desinteresse.

Os factos desmentiram-nos, logo, neste Plenário, em que todos os deputados de todos os partidos têm intervido. E desmentiram-nos, desde o início dos debates nas Comissões e nos respectivos Relatórios.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Bravo!

O Orador: Sendo um Plano Anual, certamente os debates têm uma natureza diferente dos realizados à cerca do PMP. Mas não deixam de ter interesse: têm, até, o significado relevante de acompanhamento e de fiscalização da execução do PMP.

Realmente é cada vez mais difícil falarmos de Planos Anuais: são raros os programas que não exigem uma execução plurianual.

Afinal, quase sem darmos por isso, estamos a realizar com estes debates do "Plano Anual" a competência da Assembleia, prevista no artigo nº 32º do Estatuto ou seja, a de apreciar a execução do Plano Regional.

Isto não invalida a recomendação inserta no Parecer da Comissão dos Assuntos Políticos e Administrativos de que "a Assembleia Legislativa Regional deve fazer um acompanhamento mais aturado da execução material do Plano"

O entendimento daquela Comissão veio a encontrar, aliás, plena justificação nalguns aspectos da discussão agora realizada.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Julgo poder concluir-se desde debate, quantas vezes bastante vivo, que afinal

não estão em causa a orientação, as prioridades e a programação do Plano Regional em vigor.

Questionou-se, sim, se não teriam o Governo e o Partido de que emana, colocado a fasquia demasiado alta para o salto que tinham de dar.

É um facto, aqui tão frisado por alguns Srs. Deputados, que certos empreendimentos estão a sofrer atrasos, nalguns casos bastante evidentes. Todos lamentamos, mas isso não nos pode levar a uma atitude catastrófica, como se nada se tivesse realizado. Em nenhuma ilha tudo foi mau: em nenhuma ilha tudo correu bem.

Há um discurso derrotista de quem se afunda no naufrágio *versus* um discurso optimista de quem paira na utopia.

Mas há também uma terceira maneira de ver, de estar e de viver: um prisma de límpido realismo, com os pés na terra e muita vontade de vencer e de se ultrapassar. Avançar com trabalho e competência na realização do sonho que estimula a Vida!

Voices do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E que não haja medos nem bloqueios! Se daqui a um ano virmos que as metas e tempos que nos propusemos não se podem alcançar, pois faça-se a revisão do PMP, ajustando-o melhor aos meios disponíveis.

Serão adaptações necessárias para não se desfigurarem as linhas fundamentais adoptadas para o desenvolvimento humanista e solidário, equilibrado nos seus efeitos sociais e ecológicos.

Quem actua é que comete erros. Quem se propõe vencer, ousa lutar. Quem luta também recebe feridas.

Feridas que não serão chagas a lamber por cães, nem símbolos a venerar por servos.

Serão apenas feridas de quem lutou por convicção e com serenidade.

Serão as feridas dos fortes!

Disse.

Voices do PSD: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

O Plano de Médio Prazo e os Planos Anuais que o traduzem são, como instrumento de racionalização da economia, documentos imprescindíveis de governação e devem

corresponder a um projecto de sociedade necessariamente enquadrado por uma ideologia e assegurado pela capacidade humana.

A autonomia financeira que aqueles documentos expressam de forma visível, só é possível uma vez assegurada e exercida a Autonomia Político-Administrativa.

Há, pois, uma relação estreita e imprescindível entre aquelas duas vertentes, de tal forma que não podemos abdicar de nenhuma delas, sob pena do regime autonómico ser posto em causa.

Por isso, essa relação e dimensão do projecto autonómico não passa indiferente ao Direito, é sim potencializada por este; não é irrelevante no plano financeiro, mas sim condicionante deste vector e, não está divorciada da economia porque ao assegurar a proximidade do poder político em relação às populações, oferece garantias de uma opção económica sentida e, como tal, participada.

Se os recursos financeiros provenientes dos Fundos Estruturais Comunitários, dos Acordos Internacionais ou das Transferências do Estado não se situam apenas no campo da nossa absoluta disponibilidade, mas também no nosso espaço negocial, não podemos recuar um milímetro que seja na solidificação jurídico-financeira do Estatuto que já possuímos.

No cruzamento da vertente puramente política com a perspectiva rigorosamente económica e financeira devemos, pois, concentrar toda a sensibilidade, suscitar a mobilização máxima das capacidades, assegurar as virtudes do diálogo, mas nunca abdicar da firmeza.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Este Plano não é nem pretende ser um projecto de juventude em números, mas sim o resultado de um projecto de juventude sentido, vivido e participado.

Por muito importante que o Plano para 1990 seja, e nós já não só admitimos isso, como até o sublinhamos, não devemos, no entanto, deixar nunca de enquadrar o debate daquele documento no que é uma Política Global e Integrada de Juventude, principalmente numa fase da nossa vida colectiva em que muitos incluem esse conceito no seu discurso político.

Ninguém pode reclamar para si a exclusividade de um discurso de juventude, mas não podemos deixar de sublinhar que fomos nós quem abriu as portas a uma Política Global e Integrada de Juventude.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O **Orador**: Cumpre, pois, esclarecer que significado tem esse conceito, tal como é definido pelas estruturas do poder político, quer no Continente, quer na Região Autónoma dos Açores, sublinhando o contributo que a JSD tem dado para os recortes de tal projecto.

Para o seu preenchimento, concorre, antes de mais, a ideia de participação, onde o espírito crítico e a criatividade têm lugar, sem que os valores sociais da solidariedade, tolerância e justiça social estejam arredadas.

É assim que entendemos uma participação activa dos jovens e é assim que podemos combater a indiferença que alguns exibem face ao fenómeno político.

Mas, no conceito de uma política de juventude como a concebemos, avulta a formação integral dos jovens, ao abrigo dos valores culturais e democráticos.

Finalmente, e no plano das dificuldades económicas, uma política de juventude deve facultar aos jovens apoios numa dupla perspectiva, por um lado resolvendo os problemas mais aflitivos, apoiando de forma directa os jovens, por outro lado, facultando-lhes meios que possibilitem aos jovens serem agentes económicos activos.

Ora tudo isso deve desembocar na solidificação do Estatuto Jurídico e social dos jovens que, para não terem fronteiras limitativas, clama pela participação que, naturalmente, deve contribuir para os seus recortes.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Uma política de juventude tem, como acima a definimos, três inevitáveis dimensões. A primeira é essencialmente pragmática e de curto prazo, a segunda é naturalmente programática e de médio e longo prazo e a terceira tem o sinal ideológico e cultural.

Resumidamente diremos que na primeira se conjugam áreas como a formação profissional, o emprego, os tempos livres, o acesso às actividades económicas e o desporto.

Para a segunda, concorrem a educação, a formação integral dos jovens e o acesso aos centros de poder.

A terceira pode ser sintetizada na perspectiva de mudança de mentalidades, incentivando os valores sócio-culturais, reforçando a cidadania, fomentando a educação cívica e recortando a identidade.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Definido o conceito do que é uma Política Global e Integrada de Juventude, cumpre saber qual a sua tradução no Plano para 1990.

Neste documento e de forma expressa, apenas a perspectiva pragmática está traduzida, dados os limites temporais de concretização do Plano Anual, embora, e mercê da sua correspondência com o Plano de Médio Prazo, a perspectiva programática também esteja presente. Mas, e como os objectivos últimos se vão construindo todos os dias, qualquer medida representa, ainda que numa expressão mínima, um princípio, uma ideia, uma filosofia.

Vejamos pois alguns dos mais importantes aspectos da perspectiva pragmática e programática deste Plano, inseridas no quadro da Secretaria da Juventude.

No Associativismo Juvenil o Plano tem uma dotação de 66 mil contos, o PAJE está contemplado com 110 mil contos, sem contar, obviamente, com o apoio das instituições bancárias que aumentam esta verba para 450 mil contos, nos apoios suplementares à habitação para jovens estão previstos 110 mil contos e na ocupação de tempos livres serão dispendidos 30 mil contos.

No Associativismo Juvenil retrata-se o objectivo de participação dos jovens nas diversas actividades da sociedade civil, no Programa de Apoio aos Jovens Empresários projecta-se a intenção dos jovens serem agentes económicos activos, nos apoios complementares à habitação recolhe-se a dimensão social e económica, na Pousada da Juventude confirma-se o incentivo à mobilidade interna e ao turismo juvenil e na ocupação dos tempos livres denota-se uma preocupação em proporcionar aos jovens um sentido útil para os seus tempos livres, sem lhes retirar o campo de opção.

Estas são as ideias subjacentes às dotações que este Plano contempla na perspectiva que acima referi.

O que não foi executado relativamente ao ano corrente não significa, naturalmente, que a filosofia desta política esteja em causa, mas, e acima de tudo, que estamos numa fase de consolidação da Política Global e Integrada de Juventude.

Se procedermos a um estudo comparado da tradução que os órgãos do poder político dão aos problemas de juventude numa perspectiva global e integrada, facilmente podemos concluir que a vontade política

deste Governo na área de juventude assume um carácter inovador.

Sr. Presidente, Srs. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

As necessidades são várias, mas a aposta está longe de se esgotar, sendo certo que as expectativas nunca deixarão de aumentar, como forma legítima de quem quer sempre mais.

No plano político nunca se falou tanto de juventude, nunca se debateu tanto os seus problemas, nunca se fez tanto para a juventude.

Para quem, como nós, nega uma política paternalista, grande parte desta evolução ao nível do discurso e das realizações, tem as suas raízes na capacidade dos jovens se afirmarem politicamente, não só face aos centros de decisão, como na sociedade civil.

Situados entre um Estado controlador que imperou antes do regime democrático e as grandes questões que se colocam à sociedade açoriana, esta aposta de juventude, tanto mais válida quanto mais participada, é um verdadeiro desafio de geração a que os órgãos do poder político não estão, nem podiam estar alheios, como o prova este Plano para 1990.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Talvez muita gente nesta Região e neste País pense já que AUTONOMIA é um conceito que se define como discussão política permanente, baseada ou não em conceitos de ordem histórica, apoiada ou não em complicados raciocínios de natureza filosófica ou pretensamente aspirante a tal. E haverá quem tenha culpa de ter induzido em tal erro tanta população. Talvez tenha convidado a alguns elevar o conceito de autonomia a um nível dito tão intelectualmente elevado e por isso só atingível a uns tantos. Antes do 25 de Abril também se mandava reservar a "política" para os "políticos".

Não me vou ocupar de apurar, por ora, quem tem responsabilidade na criação de tal conceito complexo de autonomia.

E para sossego de quantos for preciso, desde já afirmo que reconheço a necessidade de quem souber, puder e tiver o dever, aprofundar o conceito de autonomia em

todas as suas vertentes.

Mas o que gostaria e suponho que todo o Povo gostaria e lhe seria muito útil, era ter sempre presente que a AUTONOMIA é um modo de realização concreta do dia a dia; nesta Região Autónoma dos Açores, nos Órgãos de Governo próprio: Assembleia Legislativa Regional e Governo Regional; realizar a autonomia é ser democrata aqui. E tal como a democracia não é a solução, mas apenas um método, também a autonomia não é um fim, mas um meio.

É preciso pois saber utilizar as potencialidades desse meio, para atingir o desenvolvimento e conseqüente bem estar; esses sim é que são os fins.

Exercer a autonomia é usar bem os instrumentos que temos, porque há os que não temos. E se a autonomia que possuímos é o resultado de uma luta corajosa, há agora que ter a coragem de aplicar, aproveitar e potenciar o que já temos.

A autonomia alicerça-se no conhecimento da realidade, dos problemas que existem, das prioridades e dos meios de actuação.

Mas ser autónomas, num arquipélago, é organizar a nossa administração assente na realidade ilha que pesa mais e vale mais do que a história. É utilizar as nossas diferenças e as das nossas terras num sentido positivo, resolvendo de um modo especial o que a especificidade impõe. Sermos autónomos é confiar no conhecimento para que se não entendam as diferenças como uma fatalidade, mas como uma fonte de riqueza pela diversidade.

Quando se opta por um quadro de autonomia, opta-se por depender muito mais de nós próprios, pretende-se demonstrar fazer mais e melhor com os mesmos recursos, deseja-se andar depressa em vez de andar menos devagar do que outros. Opta-se por fazer bem em vez de fazer menos mal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Na honrada pequenez das nossas terras o Povo sempre escolheu, e parece-me que há-de continuar a preferir, homens e mulheres modestos - para transformar em políticos - mas que apenas sejam instrumentos para a realização do bem e nunca beneficiários dos bens.

O Povo tem o direito de querer políticos que saibam gerir em liberdade e em democracia as instituições que lhes estão confiadas. E tem o Povo o direito de exigir que os políticos giram essas instituições, trabalhando com afinco e optando pelo essencial em

vez do acessório, sendo responsáveis na actuação política, sabendo respeitar os outros, nas instituições e também no interior dos partidos, mesmo os que pensam diferente.

E respeito deviam merecer também os que estão nas instituições para servir e não para servir-se ou exhibir-se.

Mas tem a população o inalienável direito de exigir que toda a máquina da administração pública esteja ao serviço do interesse comum.

Para que essa máquina não seja julgada grande, pesada e dispendiosa, é preciso que se comporte em termos que não afecte o cumprimento das leis e das decisões dos órgãos competentes, mas antes assegure a execução das tarefas que lhe forem confiadas.

E é preciso que não se permita que alguns elementos da administração - porventura os apadrinhados que aqui são trazidos como "vítimas" - não afectem a imagem daqueles que com zelo e competência servem a Região.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem!

O Orador: Concretizar a autonomia é governar; e governar é exigir que aqueles que têm cargos de chefia os exerçam, que os horários se cumpram, que os problemas dos utentes da administração se solucionem, que o uso das viaturas e de outros bens próprios se moralize.

Para que a máquina técnica e administrativa fique ao serviço do povo é preciso formar os funcionários e agentes, é preciso pagá-los, mas, é preciso exigir-lhes aproveitamento nos cursos de formação, é preciso estar seguro de que o investimento humano se reproduziu em eficiência e rapidez, zelo e competência, motivação e cortesia e que se revelou frutífero para a modernização e desburocratização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Planear é uma das nobres tarefas da actividade governativa e da concretização da autonomia.

Mas parece-me que planear terá de ser cada vez mais um acto de analisar, de pensar e repensar, de preparar e de decidir. Terá de ser um acto de cada vez maior e melhor participação e de um número cada vez mais alargado.

Planear terá de ser cada vez mais um acto de corresponsabilização de um cada vez maior número. E cada vez a mais longo prazo.

Planear terá de ser, cada vez menos, um acto de aqui vir aprovar um plano de investimentos e o seu suporte orçamental.

Sim, porque planear, é construir - ao serviço de um Povo e do seu desenvolvimento harmónico - a AUTONOMIA.

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, esgotaram-se as inscrições, de forma que vamos passar às intervenções finais sobre os documentos em análise.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Falar de política agrícola nesta Região é, sem dúvida falar da base, passada, actual e futura, da nossa economia regional.

Por esta razão tem sido preocupação do PCP, neste Parlamento e na sua actividade geral, pensar, analisar, propor e definir posição sobre as principais questões que se ligam ao sector agrícola.

Na III Legislatura, esta Assembleia foi chamada a debater em profundidade problemas e questões centrais da política agrícola. Esta Assembleia foi chamada a debater esses assuntos no mesmo grau em que o Grupo Parlamentar do PSD foi chamado a votar as propostas governamentais, o que quer dizer não ter querido o Governo e o seu Partido, na maior parte dos casos, ponderar as objecções, críticas, chamadas de atenção e propostas dos Partidos da Oposição.

Tal situação motiva que hoje se possa e deva dizer que era rigorosamente certa a assunção que o PCP fazia em 1985, segundo a qual a política agrícola definida pelo Governo era inadequada à realidade regional, uma vez que não partia dessa realidade para a transformar, mas entrava em conflito com ela se fosse aplicada.

O próprio Governo Regional parece ter tido consciência disso mesmo, uma vez que não deu a aplicação anunciada à Lei de Orientação Agrícola de 1985.

O próprio titular da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas parece também ter compreendido isso mesmo quando, em documento de reflexão, datado de 1987, e fornecido ao meu Partido em função de um requerimento apresentado nesta Assembleia, apontava alguns novos caminhos

e alguns novos objectivos, muito embora mantivesse, a par desses, outros objectivos e caminhos, a nosso ver errados.

Sem se pretender historiar em profundidade a evolução da política agrícola do Governo e do PSD de 84 a 88, pode dizer-se que, em termos de fundo, ou seja, no que respeita a modificações essenciais e positivas, ela foi nula.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamos no termo do 1º ano da IV Legislatura e da actividade do IV Governo Regional.

Estamos num período em que é fundamental para a Região e para a sobrevivência da sua economia, aquilo que se faça, ou não, em relação ao sector agrícola.

Estamos numa época em que as críticas e as preocupações da lavoura e das suas organizações tendem a subir de tom.

Em muitos, fica a sensação de que o tempo está a levar a agro-pecuária para becos de difícil saída, sem que haja um racional, lúcido e oportuno aproveitamento desse mesmo tempo para evitar essa tendência.

Há enorme urgência em avaliar-se se, sim ou não, a actual política agrícola oficial, nos seus objectivos, mas também nos seus métodos e processos, é minimamente adequada à realidade das necessidades actuais.

Longe vai o tempo em que, quando a voz do PCP **alertava para a necessidade de um tratamento de excepção no quadro da CEE**, as vozes do Governo e dos dois maiores partidos, ou não se davam ao trabalho de comentar ou negavam mesmo tal evidência.

Perdeu-se tempo no diagnóstico das situações, por mero sectarismo e por mero seguidismo político, no que toca à integração europeia.

Recusou-se durante anos, em termos políticos públicos e em termos de empenhamento político, a tese essencial de que as nossas particularidades económicas e geográficas impunham, no quadro comunitário, medidas adequadas.

Não se quis assumir que essas medidas adequadas poderiam e deveriam ter, no próprio tratado de adesão, uma previsão e um quadro definidor muito mais largo.

Fez-se do discurso europeísta abstracto o remédio verbal para as doenças da conjuntura.

Sonhou-se com transformações que são inadequadas, porque não nos respeitam.

A partir de certo momento estabelecem-

-se progressivamente dois discursos simultâneos: o público, apregoando as virtudes, sublinhando as verbas dos fundos estruturais, louvando a modernização que se aproximava; o privado ou restrito, sublinhando as dificuldades, enumerando as discrepâncias, apontando algumas necessidades.

Não se quis compreender que no quadro comunitário e no quadro nacional que temos, esta atitude contraditória não criou o espaço necessário para aproveitar o tempo limitado de que dispunhamos.

Bem recentemente o Sr. Presidente do Governo, após receber a Associação da Lavoura da Terceira, mostrou a sua concordância em que fosse derogado o prazo para a definição das cotas leiteiras. Esperamos que não seja tarde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PMP que vigora actualmente estabelece uma programação diferente do anterior em relação ao sector agrícola.

A dotação atribuída para 1990 é mais baixa 2.092 milhares de contos do que estava previsto no PMP.

A execução financeira em 89 (até Setembro) foi de 45,5%!

Embora seja importante saberem-se as razões quer da redução, quer da baixa execução financeira, não é, para o PCP, essa a questão essencial.

Essencial é saber-se se a programação do Plano corresponde à política definida ou à política necessária.

No documento de reflexão, já citado, e da autoria do Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, que o elaborou em 87, eram apresentados como pontos essenciais de uma política agrícola para o quadriénio 89-92 os seguintes:

1. - Garantia da evolução favorável dos rendimentos dos agricultores.
2. - Nascimento de uma nova mentalidade na agricultura e de uma nova geração de agricultores.
- 3.- Aumento da qualidade, da diversidade e diversificação da produção.
4. - Aumento da competitividade da produção regional.

Em relação a cada um destes pontos, o Sr. Secretário apontava um conjunto de orientações no sentido de eles serem viabilizados.

Comparando todas essas orientações com o constante no PMP e no Plano para 90 somos forçados a concluir não haver coincidência plena entre a reflexão atempa-

damente feita, e a proposta de política posteriormente estabelecida.

O facto em si apenas tem interesse por pensarmos que a análise realizada e as propostas contidas no documento de reflexão eram mais profundas e pertinentes do que aparece nos documentos governativos essenciais.

A prática do ano político que agora termina, obriga-nos a concluir que não são visíveis, infelizmente, diferenças substanciais na actuação da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, o que quer dizer que não se vislumbram mudanças aprofundadas, nem de políticas, nem de processos.

É reconhecido que os agricultores açorianos pagam por alguns factores de produção os preços mais elevados da Europa - Que medidas estão em curso ou previstas para anular esta enorme desvantagem?

É reconhecido ser necessário apoiar os investimentos na agricultura - Que garantias há, de que os apoios concedidos, têm tido a utilidade económica de que se necessita, e que projectos há para tornar verdadeiramente eficaz, em termos de transformação global, essa política?

É reconhecido que a compensação dos rendimentos dos agricultores deve variar de acordo com as situações diferenciadas das várias ilhas ou grupos de ilhas, que têm condições diferentes - O que é que se está a fazer nesse sentido?

É defendida a urgência da revisão da política de águas da Região - Não vemos sinais sérios dessa postura, sendo importante saber-se porquê.

Muitos outros pontos poderíamos referir, em que não há correspondência plena entre a reflexão do Sr. Secretário e a política actual.

Preferimos antes apontar alguns caminhos que nos parecem essenciais.

Em termos de presente e do futuro, a sobrevivência do valor económico da agropecuária está dependente em boa parte de uma intervenção profunda nos **transportes**, no sentido de ser possível diminuir a profunda desvantagem na concorrência introduzida pelo agravamento de custos.

A resolução deste problema fundamental, ultrapassa a capacidade regional, mas a Região tem que lutar empenhadamente neste sentido.

A questão da garantia dos mercados será outro problema fundamental, do futuro próximo.

A possibilidade de termos mais tempo

para conseguirmos aumentar a produção (no leite, por exemplo) é outro aspecto determinante.

A associação destes três vectores é, na visão do PCP, essencial para a partir daí se criarem perspectivas mais sólidas.

Concordamos com os que pensam ser óbvia a nossa dependência da agro-pecuária e que devemos encarar esse facto como uma vantagem natural que devemos aproveitar.

Isso não impede de pensarmos que é necessária e vantajosa alguma diversificação de culturas.

Mas obriga a que nos consciencializemos que temos de criar as condições necessárias ao desenvolvimento em quantidade e em qualidade da agro-pecuária e dos seus produtos. **E é importante sublinhar que isso tem de ser feito no actual quadro comunitário, apesar de sermos um arquipélago pequeno e distante.**

O PCP sempre tem defendido ser importante e até decisivo para a economia regional encontrarem-se plataformas e métodos consensuais de actuação em relação a problemas e questões desta magnitude.

Essa via no entanto parece difícil, ou mesmo impossível, pois é patente que no interior do Governo e do PSD não há ideias bem assentes e largamente comuns sobre estas questões.

À falta disso parece que se continua a optar por uma intervenção nula, por uma orientação escassa e por uma prática imediatista, talvez à espera que a Providência faça o resto. Só que o resto é tudo, ou seja, é a criação das condições políticas na Região, no País e na CEE, para que tenhamos um tratamento específico, assente em regras de excepção e de protecção, sempre que forem necessárias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É nossa opinião de que afinal estamos, no que toca à política agrícola, na mesma ou quase na mesma.

Seria bem necessário que no final de 1990, houvesse outras certezas, e se vissem outros caminhos.

Com a manutenção de tantas indefinições não vemos como seja possível conseguir-se isso, mas apelamos para o empenhamento de todos, nesse sentido, mesmo aqueles partidos que têm optado por uma total reserva sobre os problemas de fundo, ligados a esta questão.

Na nossa visão os métodos têm que ser

aperfeiçoados às realidades e há que trabalhar para modernizar, mas aproveitando e respeitando os produtores que temos.

O leite e a carne são e serão essenciais ao futuro da nossa economia, podendo mesmo dizer-se que com qualquer falhanço neste sector, comprometida fica toda a economia e graves seriam os reflexos sociais.

Há que evitar falhanços, mas o tempo urge e as alterações tardam.

Estas reflexões sobre a política agrícola, foram feitas no final deste debate, por não dispormos de tempo regimental que pudessemos gerir de outra maneira.

Serve também esta intervenção para destacar a grande importância económica do sector agrícola e o carácter decisivo da sua evolução.

Uma certeza global porém fica. Com a política deste Plano e com as opções deste Orçamento não vamos no caminho certo!

Disse.

Presidente: Para uma intervenção final, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para 1990 que acabaram de ser discutidos nesta Assembleia deveriam ser os instrumentos portadores da resposta adequada às necessidades de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Ao longo dos debates verificou-se porém que com este Plano e este Orçamento não só se não se atingiram as metas consagradas no PMP 89/92 mas também ficou gravemente comprometido aquele desejável desenvolvimento. Previa-se, no PMP, que o Investimento Público Regional crescesse e o que se verifica, em termos reais, é a sua quase estagnação.

Assiste-se neste Plano a uma alteração profunda da política de investimento e não pequenos ajustamentos como por vezes o Governo Regional quer fazer crer. Este facto distorce a filosofia que o Governo Regional havia feito aprovar nesta Assembleia e que se consubstanciava num acentuado esforço de investimento.

Assim ao contrário do PMP, que apontava para um crescimento confortável do investimento em todos os grandes sectores do Plano para 1990, os documentos agora apresentados traduzem algum crescimento nos Sectores Económicos, estagnação no sector de Administração Regional e Local

e decréscimo nos Sectores Sociais.

Verifica-se ainda que o Governo Regional apresentou a esta Assembleia um esquema de financiamento irrealista com consequências funestas ao nível dos Investimentos do Plano que se irão repercutir no recurso a empréstimos para garantir um nível mínimo de investimentos. Há, pois, uma profunda alteração na estrutura de financiamento previsto que aponta para o crescimento da dívida pública regional confirmando-se assim as críticas que foram feitas pelo CDS aquando da análise do PMP 89/92 e Plano e Orçamento para 1989 e que denunciavam que o nível de endividamento público cresceria e pôr-se-ia em causa com esse crescimento muitas metas do Plano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este Plano, como os anteriores, também enuncia objectivos de desenvolvimento que já sabemos que não são para cumprir. Aliás o Plano de 1989 é disso um exemplo, na medida em que decorridos quase onze meses do ano corrente, ainda se não gastou metade da verba destinada a Investimentos.

O atraso inadmissível da execução dos Projectos fundamentais bem como do seu financiamento estão já a provocar, na Região, uma preocupante situação de crise no Sector da Construção Civil, sem contar já com a difícil situação económica noutras provocadas por créditos forçadas em montantes e prazos superiores ao que é habitual e aceitável, resultando daí uma má imagem para a Administração Regional.

Mas para além de não nos merecer crédito ao nível da execução, este Plano não nos dá informação financeira sobre projectos e acções importantes na Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quanto à política financeira proposta por este Governo para o próximo ano a nota mais saliente é a do crescimento das despesas correntes, que se prendem naturalmente com o funcionamento da máquina administrativa da Região e que constitui mais uma distorção às despesas previstas no PMP.

Este Orçamento revela também que não só não houve contenção dos gastos de funcionamento da máquina administrativa regional, em todos os seus sectores, como nos dá conta de que existem mesmo assimetrias relevantes entre os vários Gabinetes dos Secretários, algumas de montantes dificilmente compreensíveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Tivemos oportunidade de salientar ao longo deste debate que o Plano e Orçamento não explicam com rigor aspectos fundamentais da situação económico-financeira regional. É, por exemplo, o caso da dívida pública regional e da sua evolução.

Demonstramos também que o volume das despesas correntes, ao contrário do que o Governo quis fazer crer, corresponde a um modelo de retrocesso e em alguns casos até escandaloso e por conseguinte uma directa contradição com a pretendida racionalização de despesas de funcionamento capazes de libertar meios financeiros susceptíveis de reformarem o investimento público regional.

Teve ainda o Grupo Parlamentar do CDS a oportunidade de apresentar a sua discordância relativamente a algumas políticas sectoriais anunciadas no Plano e denunciar lacunas e omissões à acção governativa que têm impedido que, na prática, resolvam situações importantes no âmbito sócio-económico da Região.

Foram ainda e mais uma vez apresentados a esta Assembleia, pelo Grupo Parlamentar do CDS, vários exemplos de projectos e acções de fundamental importância para o desenvolvimento desta Região e de algumas ilhas que, apesar de, ao longo destes últimos anos aparecerem sistematicamente inscritos nos Planos Regionais, na prática, a sua execução tem sido sempre adiada.

Apesar do Grupo Parlamentar do CDS rejeitar a proposta do Plano em apreciação, entendemos não dever apresentar quaisquer propostas de alteração, uma vez que o Governo tem adoptado uma postura indicadora de que a maioria não aceitaria alterar, a nenhum pretexto, o documento em análise.

Durante estes 3 dias de debate do Plano e Orçamento para 1990 o Grupo Parlamentar do CDS participou activamente no debate e tem a consciência de que deu o seu melhor contributo para a clarificação deste documento.

Estamos certos de que deste debate o Governo deve retirar algumas lições para benefício do povo açoriano e progresso da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção final, tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros

do Governo:

A atmosfera que o Governo Regional consideraria ideal para decorrerem, nesta Assembleia, os debates dos seus Planos e Orçamento Anuais, deveria ser uma atmosfera de amnésia total.

Deveríamos, todos, deputados presentes e população ausente:

Esquecer o passado de 13 anos de governação da responsabilidade do PSD.

Esquecer as circunstâncias do momento político em que vivemos.

Esquecer o último Programa de Governo, o último Plano Anual, o último Plano de Médio Prazo.

Esquecer, ainda, o Governo da República que temos no País que somos.

Teríamos por obrigação, todos, deputados presentes e população ausente:

Esquecer que a **Autonomia Tranquila** é apenas o último adjectivo encontrado pelo Presidente de sucessivos governos que, frustrados pelas repetidas apostas perdidas (infraestruturas primeiro, sectores produtivos depois, turismo por último) está agora sempre mais pronto a procurar tranquilidade pessoal, voltando as costas aos Açores do que a entregar-se à rotina e ao desgaste da governação da Região. Esta fica entregue ao "imediate nº 1" e aos delfins com números variados.

(Risos do PS)

Esquecer ainda que, em desespero de causa, o Secretário responsável pelas Finanças e o Planeamento Regional, só encontra, como solução para os problemas de financiamento público da Região, a emigração maciça e para o seu conceito de planeamento o tempo não conta - o que está previsto para um ano pode perfeitamente adiar-se para o seguinte, o que pretendia concretizar-se neste Médio Prazo pode esperar pelo próximo.

Neste reino da fantasia e da amnésia todas as fantasias do Plano e do Orçamento Regional seriam possíveis, seriam plausíveis e seriam credíveis.

Foi precisamente porque não estava predisposto a esta lavagem cerebral, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esteve sempre consciente que:

Este debate não poderia deixar de ser marcado pelo momento pré-eleitoral que vivemos.

Não poderia deixar de ter, como contraponto e referência, o insucesso evidente da execução do Plano e Orçamento para 89.

E, finalmente, em matéria orçamental teria de extrair a lição das falazes promessas de financiamento em que o Governo Regional assentou Planos anteriores.

Precisamente porque o Grupo Parlamentar do PS sabia que este Governo e esta maioria tem elementos que vivem em permanente campanha eleitoral. Por isso mesmo, não conseguiram dominar, nesta Casa e neste momento, a sua viciação no eleitoralismo fácil, é que dispensámos a maioria dos seus deputados, do sacrifício da preparação de longos textos para a tribuna que ninguém tem o cuidado elementar de escutar.

(Risos do Sr. Presidente do Governo)

Contentou-se com três vítimas para esta tarefa. E foram bastantes. E não foram apenas figuras da segunda ou terceira fila da bancada. Ao contrário do partido dos apoiantes incondicionais de cada linha, cada vírgula, cada número, do Plano com que o Governo resolva brindar esta Assembleia.

Nas primeiras 8 horas úteis deste jogo parlamentar de 11 horas, nos primeiros dois dias deste combate de 3 dias, uma só figura da primeira fila da bancada do PSD ousou arriscar um gesto de tribuna: um apoio a este Plano e a este Orçamento.

É um indicador a não desprezar.

À oposição não cabe demonstrar, todos os anos, Plano a Plano e Orçamento a Orçamento, que o Governo falha em todos os sectores da governação e em todos os programas do seu Plano e em todas as rubricas do Orçamento.

Pode perfeitamente, fora da discussão do Programa do Governo, fora do Plano de Médio Prazo, limitar-se a provar que o Governo e o seu planeamento falham em aspectos essenciais.

E o Grupo Parlamentar do PS, mostrou-o e demonstrou-o.

Demonstrou que este Governo é incapaz de, ou fazer descer os seus projectos à medida dos meios financeiros de que dispõe, ou de elevar os seus meios financeiros à grandiosidade aparente dos projectos com que sonha.

Demonstrou que a virtualidade do debate e da discussão parlamentar é subvertida de instância última de decisão para a expressão degradada de unanimismo e subserviência partidária.

Demonstrou que, no sector das pescas, a raiz dos seus problemas nos Açores não está no mar, nem no peixe, nem nos pescad-

res, nem nos barcos, mas antes, muito antes de tudo isto: está no modelo de investigação e de experimentação como suporte de políticas de mudança e de renovação tecnológica e de formação profissional.

Quanto ao fracasso da execução - mesmo apenas financeira - do Plano para este ano, o Partido Socialista entendia que ele devia ser trazido a esta Assembleia antes da discussão do Plano para 90.

Assim, o impunha a ordem natural das coisas. Por isso, avançou com uma interpelação. Primeiro, o Governo devia ser confrontado com as suas acções e responsabilizado por elas.

Só depois se poderia por aquelas aferir das suas intenções.

Continuamos a pensar que a própria letra do Regimento assim o impõe.

Mas porque, politicamente, esta ordem, natural e regimental, seria desfavorável à maioria, ela impôs o seu desrespeito.

Não sem, pelo caminho, cair na incongruência.

Entendeu a prioridade estipulada no Regimento para o Plano e Orçamento contra a interpelação agendada pelo PS, mas não contra a eleição da Mesa e da simples leitura de relatórios das comissões. Quando o Regimento dispõe taxativamente que qualquer interpelação deve ser agendada para o primeiro dia da sessão plenária.

Aqui, como em muitas outras situações, o nosso Regimento pode resumir-se a uma única regra não escrita: ele impõe sempre aquilo que, politicamente, seja mais vantajoso para a maioria.

Mas a ideia de confrontar as promessas e intenções deste Governo para 90 com as realizações que prometeu e não cumpriu em 89, causou enorme perturbação.

Perturbou a bancada do PSD de tal maneira que, no primeiro dia dos debates, nenhum dos seus 26 esforçados deputados militantes conseguiu ganhar forças para subir à tribuna.

Perturbou a estratégia daqueles que, da oposição consideraram supérflua a interpelação, de tal modo que acabaram por basear parte substancial das suas intervenções na análise da execução do Plano para este ano.

Perturbou e confundiu o Governo de tal maneira que ele se precipitou a publicar texto atrás de texto que, à primeira vista, revelam imediatamente a sua desesperada preocupação manipuladora dos números e das percentagens.

Constatemos o facto rapidamente:

No texto do Orçamento para 90, a execução orçamental do Plano para 89 aparece reduzida a 14% para o primeiro semestre.

No relatório de execução do 1º semestre, por artes de magia bem negra que se resume à evidência deste Governo ser o único dono dos números que muito bem entende utilizar ou não, aquela execução cresceu **milagrosamente** (não é a multiplicação dos pães é a dos números) para uns mais confortáveis 22,1%.

Em folha avulsa distribuída pelo Governo e reduzida a três sumárias colunas de números, a execução orçamental do Plano, até ao fim de Outubro, atinge 49,9%.

Em relatório abreviado para o terceiro trimestre deste ano - abreviado porque só tem números, dispensando-se de incluir acções - a execução é de 48,6%.

Só esperamos é que, no final deste Inverno, um novo relatório nos venha explicar como é que este Governo de 4 estações, que teve uma Primavera tão sonolenta, conseguiu um Verão tão activo, para decair, de novo, em hibernação outonal.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Como é que conseguiu o ritmo alucinante de "stop and go" de "travagem e arranque" de modo a ter em Outubro uma execução financeira de 1,3%, inferior mesmo à média dos primeiros meses do ano que, segundo a execução estampada no texto do Orçamento seria de 2,2%.

Mistérios numéricos que esperemos algum sapiente repetidor de números da bancada do PSD nos venha explicar desta tribuna.

Não podemos deixar de aproveitar a oportunidade para anotar que a consumada ironia deste Governo, acabou por justificar a aparente - mas só aparente - ilogicidade para que a maioria atirou a interpelação - examinar a execução do Plano/89 depois de aprovado o Plano/90, que acabou por ser sufragada e justificada pelo próprio Governo que nos vai fazer discutir uma proposta de alteração do Plano e Orçamento de 89 depois de a Assembleia aprovar o Plano e Orçamento para 90.

Pelo que respeita às precárias condições financeiras para a execução deste Plano, repito, de modo, e não será de mais, as conclusões com que terminei a primeira intervenção do PS nesta tribuna:

1º - O Orçamento foi elaborado partindo do cálculo das despesas, e depois procurando manipular as receitas, inflacionando-as artificialmente e sobreavaliando-as.

2º - Tendo-se já esgotado, a credibilidade

política para repetir, como em anos anteriores, as promessas de aumento das transferências do Orçamento do Estado, sobreavaliavam-se agora os montantes previstos para os impostos directos (em 6 milhões de contos) e indirectos (em cerca de 2 milhões de contos), mantendo-se assim, de igual modo, um deficit inicial embora sob outra modalidade.

3º - As despesas do Plano são claramente sacrificadas, em relação às restantes despesas.

4º - Em consequência daquele deficit inicial, em consequência da baixa execução do Plano/89, nem a totalidade das verbas previstas para o Plano serão dispendidas em investimento.

5º - As receitas correntes são insuficientes para cobrir as despesas correntes. A diferença é de cerca de um milhão de contos. Isto se não se entrar em linha de conta com as despesas correntes do Plano que rondam os 4 milhões de contos.

6º - Tendo em conta o nível de execução previsível, o empréstimo que o Governo Regional se propõe contrair acabará por ser utilizado no financiamento de despesas correntes e não em despesas de investimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É mistério ainda a razão cabal do desaparecimento e extinção dos gigantescos e pré-históricos dinossauros, o desaparecimento a curto prazo do dinossauro excelentíssimo em que se transformou este Governo é, ao contrário, facilmente explicável. Aquelas conclusões poderiam ser o epitáfio do seu túmulo.

Disse.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PS)

Presidente: Se o Sr. Secretário Regional das Finanças se sente atingido na sua honra, tem 2 minutos para a defender.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Honra?!

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sinto-me profundamente atingido.

Presidente: Tem então a palavra para o efeito.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ontem fiz uma intervenção num certo contexto e em resposta ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro: ele está aqui, ele esteve presente e sabe o contexto em que aquela intervenção foi proferida.

Todos sabem perfeitamente que, por razões humanitárias, por ter sido filho de um emigrante, por razões técnico-económicas e por razões de convicção, eu considero que a emigração não é a solução para os problemas económicos e sociais dos Açores: disse-o quando tomei posse, e antes mesmo de vir a esta Câmara no Programa "Quinta à Noite".

Repito aqui que se não fosse o Governo dos Açores nas suas diferentes fases, se não fosse a autonomia democrática, a emigração continuava a ser a solução para muitos Açorianos. Foi isso que eu disse!

A década de 60 e parte da década de 70 marcou níveis de emigração superiores a dois dígitos. Ora, se não conseguirmos manter o nível de desenvolvimento, se não mantivermos o nível de crescimento económico e se os Açores não continuarem a investir, isso significa que a emigração é uma solução, e que funcionou como válvula de escape para equilibrar o mercado de trabalho nos Açores.

Eu tenho muito respeito pelos emigrantes. Cada Açoriano é livre de fazer a sua opção, mas essa não é a minha defesa!

Disse ainda que para diminuir drasticamente as despesas públicas, como os Srs. Deputados queriam, e tratando-se de um sector com grande rigidez (no tempo do Marquês de Pombal é que se usavam determinadas metodologias que estavam postas de parte), referi a questão do "tempo de Salazar" e, por conseguinte, disse que "só com o recurso à emigração", mas não para optar por essa via. Eu sou contra essa via por razões humanitárias, por razões técnico-económicas e por razões de convicção!

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Foi num determinado contexto que proferi essa afirmação, e não é correcto - e eu já tive oportunidade de falar com o seu colega de bancada e não vou novamente repetir isso - extrair-se, duma afirmação que foi feita num determinado contexto, uma coisa que não tem nada a ver com o que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa acabou de proferir.

Muito obrigado.

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PSD e do Governo)*

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pede a palavra para?...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Ao abrigo do artigo 102º do Regimento.

Presidente: Mas o Sr. Deputado não pode considerar que o Sr. Secretário Regional proferiu afirmações ofensivas para consigo. No entanto, tem a palavra ao abrigo do nº 2 do artigo 102º do Regimento.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que não estamos dispostos a aceitar todas as confissões espontâneas, todas as reflexões posteriores, todas as deficiências de expressão, todas as limitações que, num debate como este, ocorrem esporadicamente ou, nalguns casos até, sistematicamente.

O que não pode ser negado é o registo das afirmações feitas pelo Sr. Secretário. O que não pode ser negado é a lógica das afirmações e das referências que ele vem fazendo quando se trata desse sector.

Nós percebemos perfeitamente que se trata de encontrar formas de financiamento para uma administração que ele julga que cresce a ritmos que as finanças da Região não podem suportar. O Sr. Secretário reconheceu, mesmo agora, na defesa da sua honra, que tinha admitido que este era um recurso possível - a emigração.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, peço que mantenham o silêncio porque, senão, não conseguimos ouvir o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

O Orador: Porque senão emigramos todos! Não há problemas! Daqui a meia hora emigramos!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Falta o Sr. Deputado emigrar!

O Orador: Falta sim! Era mais um talvez para a tal emigração possível para aliviar o financiamento e os quadros da Administração Regional!

Presidente: Sr. Deputado, peço que use o tempo que lhe falta nos termos regimentais e que não mantenha diálogo com os Srs. Secretários.

O Orador: Com certeza! Eu dialogo com a pessoa a quem ofendi, repetindo expressões que ele próprio utilizou. Não há realmente qualquer ofensa, mas apenas a repetição de palavras que foram ditas e que foram reafirmadas aqui: uma das soluções possíveis para os problemas de financiamento da Região é o aumento da emigração! É uma afirmação teórica, clara e que só poder querer dizer isso!

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

Deputado Carlos Teixeira (PSD): O Sr. Deputado é um mentiroso!

Presidente: Srs. Deputados, peço que não utilizem expressões que, manifestamente, são inconvenientes num diálogo democrático.

O Orador: Eu não me vou ofender porque não ofende quem quer. O Sr. Deputado Carlos Teixeira não consegue ofender da tribuna e, muito menos ainda, quando está sentado, o que lhe diminui nitidamente a estatura!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): É difícil ouvir mentiras!

Presidente: Srs. Deputados, este incidente está encerrado, estão explicadas as questões e, assim sendo, tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho para uma intervenção final

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais, Srs. Deputados:

A apreciação das propostas de Orçamento e Plano deve proporcionar aos agentes políticos da Região o repensar dos Açores em termos económicos, financeiros e sociais.

Este repensar os Açores terá de ter como pressuposto a situação política, económica e social internacional, nacional e regional.

Recentemente iniciámos a nossa integração na CEE, acontecimento dum relevo extraordinário de que, já hoje, a maioria dos Açorianos se apercebe.

Nos últimos meses assistimos a outros acontecimentos históricos, a nível internacional, como seja o fim dos dogmatismos, de que o sinal mais espectacular foi o derrube do "Muro de Berlim".

Esta mudança histórica do final da década de 80 e início da década de 90 abre novas perspectivas em termos de liberdade, assegurando a dignidade humana e colocando o homem acima de tudo.

Esperamos e fazemos notar que as alterações ocorridas a nível colectivo tenham as repercussões a nível individual, de forma a que a arrogância seja substituída pela **humildade**, tão própria e querida do nosso povo.

Mudanças internacionais que terão os seus reflexos nos esforços europeu e americano e consequentemente atingirão os espaços nacional e regional.

Estamos a assistir à substituição do dogmatismo pelo pragmatismo.

Pragmatismo que, muitas vezes, tem a tendência para revestir excessivamente a componente tecnocrata, dividando a

componente social.

A nível nacional a opção pragmática já se havia verificado, continuando a acentuar-se.

A referida situação internacional e nacional pode implicar uma forma de agir diversa nos Açores.

É por demais conhecido de todos nós, que os Açores são constituídos por ilhas de pequena dimensão, isoladas e dispersas, entre as quais é difícil a circulação de pessoas e bens. A par desta dificuldade acresce a necessidade da criação múltipla de infraestruturas, de serviços, etc., etc..

A situação descrita impõe a todos nós repensar a forma de estar.

Acresce a tudo isto a existência de uma situação financeira, que se caracteriza pela sua escassez face às necessidades de desenvolvimento da Região.

Situação que impõe uma clarificação sobre a forma correcta de encarar a solidariedade.

A solidiedade tem de ser encarada como algo de intrínseco a todos os portugueses, quer residam no Continente, quer residam numa Região Autónoma.

Tem de ser encarada como dizendo respeito, quer ao todo, quer à parte.

Implica que os detentores do poder actuem em cooperação, em colaboração, em conjugação de esforços.

A situação actual impõe uma postura de diálogo, de cooperação; dominada tão só pelo espírito de servir.

A solidiedade e o espírito de servir impõe uma atitude de exigência, de rigor, de realismo na previsão de receitas e um ainda maior rigor na sua aplicação.

Não temos dúvidas em repeti-lo aqui que as obrigações do Estado para com o povo desta Região são superiores às que têm sido consideradas. Cabe, no entanto, a todos nós, perante a realidade, conceber novas formas de agir, de maneira a obter os meios necessários à satisfação das necessidades regionais.

Não podemos de modo algum tomar uma atitude irrealista, quer seja sob a forma de excessivo optimismo, quer sob a forma de excessivo pessimismo ou miserabilismo.

Pensamos que é imperioso que se defina, quanto antes, uma forma clara, objectiva de apuramento das receitas regionais.

É igualmente imperioso que se especifique e desenvolvam as normas constitucionais e estatutárias relativas às responsabilidades do Estado no progresso desta Região Autónoma.

Isto implicará necessariamente uma nova forma de encarar a articulação do Orçamento do Estado com o Orçamento da Região.

Poderá implicar ainda a celebração entre o Estado e a Região de protocolos sobre o financiamento e execução de empreendimentos que revistam interesse simultaneamente nacional e regional.

Tudo isto poderá implicar inovações nas praxes; poderá determinar alterações no agir.

Seja como for, o que nos parece fundamental é encontrar a forma acertada e a mais participada possível de satisfazer as necessidades do nosso povo. E isto pela simples razão de que neste momento as necessidades vão muito para além das nossas disponibilidades humanas e materiais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A situação descrita não constitui nenhuma catástrofe; constitui sim um maior desafio, que os Açorianos saberão vencer.

Impõe, no entanto, um maior rigor na nossa vida pública; impõe um melhor aproveitamento do que temos; demanda uma maior criteriosa gestão e implica a definição de prioridades.

Implica ainda um acompanhamento minucioso da fase executiva por todos nós.

Volta-se assim à necessidade de analisar a questão de saber, com os meios disponíveis, o que fazer e como fazer.

Significa uma análise profunda da vida regional, tirando dela as devidas consequências.

Desejaria que imediatamente se abrisse esse ciclo de análise, tendo como pressupostos gerais, entre outros, os seguintes pontos:

1 - Encarar a vida política com a maior seriedade, ou seja, fazer com que a ética esteja em todos os actos públicos.

2 - O interesse público sobrepõe-se sempre ao interesse particular.

3 - A assunção clara da responsabilidade de ser poder ou de ser alternativa àquele.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em termos práticos, para aquela análise sugiro alguns aspectos, que, aliás, estão implícitos no que já atrás referi.

Eis alguns dos referidos aspectos:

- Rigor na aplicação dos dinheiros públicos.

Vozes do PS: Muito bem!

O Orador: - Administração pública moralizada, isenta e eficaz.

- Orgânica e funcionamento da Assembleia

Legislativa Regional.

Vozes do PS: Muito bem!

O Orador: - Orgânica e funcionamento do Governo Regional.

Vozes do PS: Muito bem!

O Orador: - Relações com os órgãos de soberania.

Vozes do PS: Muito bem!

O Orador: - Participação em órgãos do Estado.

Vozes do PS: Muito bem!

O Orador: - Coordenação com os serviços do Estado na Região.

- Celebração de protocolos com vista ao desenvolvimento regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As propostas de Orçamento e Plano para 1990 contêm virtualidades suficientes para que todos reconheçamos a necessidade de realizar a análise referida, sem deixarem de, satisfatoriamente, proporcionarem os meios indispensáveis ao funcionamento da administração e nos investimentos mais urgentes para a prossecução do desenvolvimento regional.

Desenvolvimento possível, desejado e merecido.

As considerações que vos deixo contêm uma proposta que é um desafio.

Desafio demasiado importante para se perder tempo em questões estéreis.

Desafio, de tal modo aliciante, que impõe o envolvimento com seriedade por parte de todos.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem!

O Orador: Este desafio consiste em ter a coragem de proceder às correcções que se mostrarem adequadas, em aceitarmos a nossa Região tal qual como ela é e empenharmo-nos, cada vez mais, na solução dos problemas do seu povo.

O povo dos Açores merece-o!

Disse.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Para encerramento do debate sobre o Plano e Orçamento Regionais para 1990, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

No final do debate sobre o Plano e o Orçamento para 1990 calha bem uma palavra firme de confiança.

Encerramos uma década iniciada tragicamente sob o impacto do terramoto de 1 de Janeiro.

Mas sob a liderança dos seus órgãos de Governo próprio - Assembleia Regional e Governo - o Povo Açoriano venceu os desafios históricos que tal tragédia representou.

E deu passos decisivos no caminho do desenvolvimento.

Nas intervenções produzidas nesta Câmara nos últimos dias, os membros do Governo descreveram com rigor o estado da Região, nas áreas abrangidas pelos respectivos departamentos, podendo definir-se, com clareza, como estamos em franco crescimento. Foram também enunciadas as medidas de política e os projectos a realizar no próximo ano.

A maioria parlamentar a uns e outras aderiu vigorosamente.

Não por seguidismo cego, naturalmente - como proclama, rasgando hipocritamente as vestes, a Oposição.

Mas sim porque, no âmbito do Partido Social Democrata, deputados e governantes, unidos em corresponsabilidade mantêm diálogo permanente e colaboração frutuosa, ao serviço do Povo Açoriano.

Neste clima de solidariedade, nimbado por elevados propósitos de servir os Açores, temos conseguido fazer progredir, enormemente, as nossas ilhas.

Nele mesmo arrancámos, há quase um ano, para o nosso quarto mandato de Governo democrático.

Fortalecidos pelos resultados alcançados em tal esforço iremos perseverar - Governo de combate, deputados combatentes - um ano mais, e outro e outro - e sempre!

Porque a nossa tarefa vale a pena!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Em contraponto à atitude responsável do Governo e da maioria, a Oposição recusou-se ao debate...

Vozes do PS: Não apoiado!

O Orador: ... - caso do Partido Socialista ontem; hoje parece que a linha é já outra... - ou não conseguiu ultrapassar um tipo de intervenção que melhor caberia numa Assembleia Municipal, caso particularmente nítido do CDS.

O Governo expôs já os seus argumentos e respondeu às críticas formuladas.

Não vou aqui repeti-los.

Deputado Fernando Fonte (PS): Não a todas!

O Orador: Aliás este debate tem regras, decorrentes do Regimento, que o Governo respeita.

O tempo que disponho é por isso muito limitado.

Lamento ter de empregá-lo, em parte, para repudiar certos ataques dirigidos contra mim próprio e o meu desempenho como Presidente do Governo.

Felizmente, o Povo Açoriano, de um extremo ao outro do Arquipélago e nas nossas comunidades no exterior, conhece-me suficientemente bem para não ter dúvidas sobre a falsidade de tais ataques.

Deputado Duarte Pires (PS): E de que maneira!

O Orador: A si é que não o conhece, Sr. Deputado!

O último dos quais - hesito em qualificá-lo de delirante, não será antes hilariante? - é o de eu viver faustosamente à custa do Orçamento Regional, em passeatas e jantaras constantes (não recuando em apresentar-se o valor global do Orçamento da Presidência como se aos meus caprichos se destinasse)...quando toda a gente sabe do meu estilo de viver modesto, naturalmente transposto para o próprio modo de representação da Presidência e de todo o Governo.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Vozes do PS: Não apoiado!

O Orador: Sob os mesmos critérios rigorosos, mas sem mesquinhez e com bom gosto, foram, de resto, preparadas as instalações que a Região possui para acolher condignamente, para a Presidência Aberta, o Chefe do Estado - e os outros Chefes de Estado estrangeiros, que o Sr. Presidente da República, com total apoio meu e do Governo, tem intenção de trazer futuramente aos Açores, bem como os outros hóspedes de honra da Região.

Este dado faz cair pela base...

Deputado Martins Goulart (PS): E a Assembleia Regional em S. Miguel?

O Orador: ...outros dos ataques contra mim brandidos, acerca de hipotéticos isolamentos pessoais e institucionais, no quadro nacional e das relações externas.

Mas toda essa insistência em denegrir comportamentos, em malsinar intenções, em espalhar lama - leva-me a recordar o ensinamento da Psicologia Clássica, segundo a qual a crítica projecta muitas vezes sobre os outros o que cada um tem dentro

de si.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PSD)

O Orador: É caso então para estarmos em guarda e pormos o Povo em guarda contra a vaidade, o rancor, a sede de poder, a megalomania que vai por aí...

Vozes do PS: Não apoiado!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais: O Governo quer seguir, em frente.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não pode!

O Orador: Vai seguir, mesmo que seja preciso passar por cima do Sr. Deputado!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Passa por cima de tudo! A verdade é essa!

O Orador: O Plano e o Orçamento para 1990, na linha do Plano de Médio Prazo e este, por sua vez, do Programa do Governo, aqui aprovados em devido tempo, apontam novas metas para o desenvolvimento dos Açores.

Temos dificuldades financeiras para alcançar as nossas metas?

Sempre as tivemos!

Deputado Fernando Fonte (PS): Demasiadas, desta vez!

O Orador: Desde o nosso primeiro e modestíssimo Plano para 1977, designado por Plano de Arranque, cujos 600 mil contos orçamentados logo causaram vertigens ao PS - o que diremos agora quando esse número aparece multiplicado por um factor superior a 50 vezes!

Deputado Martins Goulart (PS): E a inflação?!

O Orador: É muito fácil! Não é um nível muito alto!

Deputado Martins Goulart (PS): Então não deve governar os Açores se não sabe!

O Orador: Nem sei sequer qual é a cor do cavalo branco de Napoleão!...

(Risos da Câmara)

Acabámos por realizar, nesse ano, mediante revisão oportunamente feita, investimentos no valor de 1 milhão e cem mil contos.

E por aí adiante foi sempre o mesmo desafio e a mesma luta vitoriosa.

Que seria da Região se governada por medrosos ou nefelibatas, ao longo desses anos decisivos? Estaríamos ainda nas Juntas Gerais, agora estranhamente recuperadas, não se teriam feito os portos e os aeroportos, nem outras infraestruturas... e andariam por aí barco rô-rô... que multidões famintas

decerto desviariam, para realizar o seu sonho na América!...

Tal não permitiu a esclarecida prudência do Povo Açoriano, que escolheu e tem mantido, democraticamente, o Governo do PSD à testa dos seus destinos e assim continuará a fazer certamente.

Deputado Martins Goulart (PS): Eternamente!

O Orador: Cada Plano, cada Orçamento consubstanciam um desafio à nossa capacidade de realização.

E apesar das nossas limitações, mesmo nem sempre compreendidas, temos conseguido vencer.

Sobre as prioridades de acção, as ideias estão claras e foram expostas detalhadamente pelos membros do Governo.

Temos notícias óptimas, recebidas ainda ontem da Comunidade Económica Europeia, sobre a disponibilidade, da Comissão, para enquadrar, nos fundos que lhe competem, exclusivamente o Programa de Ultraperiferia das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Da América temos notícias recentíssimas.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E não há notícias de Lisboa?!

O Orador: No Orçamento aprovado, enquanto estávamos aqui debatendo as declarações do Sr. Richard Chemny, a verba destinada ao auxílio externo, que nada tem a ver com as verbas da Defesa que cabem até noutro capítulo...

Deputado Martins Goulart (PS): Fale verdade!

O Orador: ...fixou um critério idêntico ao do ano anterior, o que, segundo as entidades responsáveis...

Deputado Martins Goulart (PS): Fale verdade!

O Orador: A Defesa não tem nada a ver com este assunto. Aí é que o Sr. Deputado se enganou...

Deputado Martins Goulart (PS): Não me enganei!

O Orador: ...porque as verbas do Pentágono destinam-se às forças armadas e as verbas de ajuda ao estrangeiro, nas quais se incluem a ajuda militar e a ajuda civil, competem ao orçamento do Departamento de Estado...

Deputado Martins Goulart (PS): É falso! Eu falei do Pentágono e do Departamento de Defesa!

O Orador: ...e sobre esta matéria remeto-o para as informações.

Não tem nada que ver uma coisa com a outra! O Departamento de Estado é que administra a ajuda externa e os 14 biliões

de dólares destinados à ajuda externa bem comportarão, com certeza, a parte que nos virá!

Deputado Martins Goulart (PS): Está gravado! A pancada virá!

O Orador: O Sr. Deputado é que passa a vida nessa preocupação, mas nós havemos de seguir em frente... apesar de tudo!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E notícias de Lisboa, não há?!

O Orador: Os meios hão-de ir buscar-se onde existem - e desde logo ao bolo comum nacional, que, profundamente alterado pela notável reforma tributária empreendida pelo actual Governo da República, não pode deixar os Açores à margem do processo de evidente melhoria da situação financeira do Estado - pela primeira vez na nossa História obtida sem ditaduras de qualquer tipo, em liberdade e democracia, com expresso apoio do voto dos cidadãos.

Sabe-se já das diligências em curso, mediante diálogo entre o Governo Regional e o Governo da República, na busca de um novo arranjo financeiro para a Região.

Deputado Martins Goulart (PS): Onde é que eles estão agora?

O Orador: Trata-se afinal de aplicar ao IRS e ao IRC os princípios que já vigoram para o IVA. Aqui, sim, solidariamente se assumiram as responsabilidades nacionais quanto aos Açores.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É o ovo de Colombo!!!

O Orador: Os Açorianos devem pagar impostos conforme aquilo que podem - daí a redução de 30% na taxa do IVA; e partilhar do respectivo valor conforme aquilo que são: cidadãos portugueses de parte inteira, portanto de acordo com uma regra de capitação.

Afinal isto é tão simples.

Porque a adopção de tais princípios terá de ser formalizada em lei, a Assembleia Regional não pode ficar fora de tal processo.

É matéria onde será possível certamente obter consenso entre todas as forças políticas aqui representadas.

Diligências directas junto da Assembleia da República, à semelhança do que tem sido feito em outras matérias fundamentais, serão decerto da maior conveniência.

Não sei se a matéria deverá ser tratada no âmbito da revisão do Estatuto que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores irá certamente iniciar em breve.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O que o Estatuto manda fazer já é mais do que suficiente. Faça!

O Orador: Inclui-la no Estatuto, dar-lhe-ia maior dignidade e garantia.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Faça!

O Orador: Mas talvez outra seja a sua sede, concretamente o diploma sobre adaptação do sistema fiscal à Região - agora finalmente admitido de pleno pela Constituição revista.

Ou seja, ao encerrarmos hoje um debate, com o voto de aprovação do Plano e Orçamento para 1990...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Já?!

O Orador: estamos a abrir já outro.

A nossa Autonomia é assim mesmo.

Há sempre tarefas novas.

Renova-se sempre.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, encerrado o debate nos termos regimentais, vamos passar à votação.

Votaremos, em primeiro lugar, o Plano na generalidade e, depois, por programas para os quais há propostas de alteração e de aditamento apresentadas pelo Partido Comunista.

Já foram distribuídas pelos Srs. Deputados, de forma que pedia que as tivessem em consideração. Há um manifesto erro de dactilografia, possivelmente, uma vez que as mesmas se referem ao Plano para 1989 e não, como deve ser, para o Plano de 1990. Mas isso é tão óbvio que não levanta dificuldades.

Declaro que voto com o meu partido.

Votaremos então, na generalidade, o Plano para 1990.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Plano para 1990 foi aprovado por maioria com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O meu voto, na generalidade, contra este Plano, para 1990 é a consequência lógica das intervenções que fiz durante os debates, os quais não conseguiram abranger todos os sectores, apenas por falta de tempo.

Consideramos que com a aprovação deste Plano e com a sua implementação não se vai melhorar substancialmente a qualidade de vida das populações açorianas, essencialmente aquelas que vivem em condições sociais e económicas menos favorecidas.

Consideramos também que com a aprovação deste Plano continuar-se-á a verificar desemprego, a aumentar a emigração, a subir o custo de vida, etc..

Também com este Plano continua a não se desenvolver harmoniosamente todas as parcelas desta Região, antes pelo contrário, as ilhas e parcelas menos desenvolvidas permanecerão cada vez menos desenvolvidas.

Continuam a estar ausentes deste Plano, acções que consideramos absolutamente necessárias ao desenvolvimento da Região.

Em muitos Programas há elevadas verbas não desagregadas por ilha, e consideramos que muitas dessas verbas podiam e deviam ser desagregadas.

Na votação da especialidade que vai seguir-se, apresentamos alguns projectos de alteração, que não são propostas que conduzem a uma alteração profunda do Plano, apenas procuram introduzir-lhe pequenas melhorias de pormenor.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma declaração de voto.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Temos plena consciência de que a nossa declaração de voto seria desnecessária perante esta Assembleia porque, na verdade, ao longo do debate e de acordo com o tempo que nos tinha sido atribuído, tivemos uma participação o mais aprofundada possível e que, inclusivamente, na nossa intenção de fundo, possibilitou, na nossa perspectiva, demonstrar de uma forma que entendemos com algum método, toda a forma pouco apropriada como o Governo aqui apresentou os seus documentos, contrariando, na nossa perspectiva, e demonstrando que aquilo que o Governo apresentava como seus objectivos não correspondiam, de facto, ao interesse da Região e àquilo que nos queria fazer crer.

Daí que, sinceramente, tenhamos considerado uma das passagens do discurso final do Sr. Presidente do Governo como bastante infeliz e manifestamente injusta. Só o facto do Sr. Presidente do Governo ter estado ausente, em parte substancial, do uso da palavra por parte do Grupo Parlamen-

tar do CDS, poderá justificar realmente a sua inoportuna referência à forma como o Grupo participou nesse debate.

Estou tranquilo e acredito na consciência do conjunto desta Assembleia que saberá (e soube!) ajuizar a forma como o CDS aqui participou.

Aliás, o próprio Governo Regional pelo seu comportamento depois das nossas intervenções confirmou que percebeu o nosso comportamento e aceitou - porque tinha que aceitar - a justeza e a dignidade das nossas intervenções.

Fazer qualquer comparação à participação do CDS com um nível municipal ou de Assembleia Municipal, Sr. Presidente, não assenta no respeito que temos por Vossa Excelência e, inclusivamente, na responsabilidade que tem nesta Assembleia e nesta Região porque se a nossa intervenção foi, na sua óptica, de nível municipal, então que dizer, e utilizando a mesma linguagem, da actuação do vosso Governo?! Foi, de facto, se assim é, a nível de Junta de Freguesia!

(Risos do PS)

De resto, Sr. Presidente, nós vamos habituando, e o próprio cidadão comum, a ver como o Sr. Presidente se desloca por essa Região e o tempo que gasta em inaugurações de coretos e de jardins a nível de freguesia, e ficamos com a impressão de que devemos estar perante um Governo e um Presidente de nível paroquial.

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart para uma declaração de voto. O Sr. Deputado tem apenas um minuto e meio para a sua declaração de voto.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou ser muito breve.

As razões da votação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista já foram suficientemente fundamentadas.

Gostaria, todavia, de aproveitar este pequeno momento para manifestar, em nome do meu Grupo Parlamentar e do Partido Socialista, a nossa disponibilidade para acolher a proposta apresentada pelo líder parlamentar do PSD nesta Câmara: de fazer um repensar da Autonomia, porque ela, de facto, tem de ser repensada, não só no plano institucional, mas no plano do relacionamento entre as pessoas, entre os partidos e para também que se consiga fazer funcionar as instituições de forma

a que elas sejam úteis à resolução da vida dos cidadãos, para que cesse, de uma vez por todas, o ambiente de provocação pessoal...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem!

O **Orador:** ...para que cesse, de uma vez por todas, o tratamento da vida privada dos cidadãos, que não tem nada a ver com esta Câmara, para que o nosso mandato possa ser, de facto, um mandato ao serviço do Povo dos Açores!

Disse.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PS)

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para uma pequena declaração de voto.

No termo deste debate que agora acabámos, cumpre dar, na verdade, conta à Câmara do nosso sentido de voto e do meu Grupo Parlamentar.

Foi possível, ao longo destes dias, estabelecer-se nesta Casa um debate vivo, participativo, um debate em que cada formação partidária procurou justificar os seus pontos de vista, avançar com opiniões, procurar demonstrar as posições que assume, sempre (e estou disso convicto!) na suposição e na perspectiva de que esta é a maneira que temos de participar na construção da nossa Região e na melhoria das condições de vida do nosso Povo.

Para além das preocupações que aqui foram trazidas por cada bancada, não posso deixar de referir aquelas que se referem, não só à discussão e ao debate destes dois documentos, como quanto à certeza - pelo menos do lado do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata - de que eles irão ser cumpridos com rigor, com escrupulo, com honestidade por parte do Governo, pesem embora as dificuldades que todos sabemos que existem e que se erijam a cada passo no desenvolvimento de uma política, seja ela qual for, e, neste caso também, as dificuldades próprias de quem vive numa Região, de quem fez parte de um País que se integra num mundo cada vez mais vasto, cada vez mais a mudar-se, e onde os caminhos novos que se abrem às nossas gentes exigem respostas cada vez mais rápidas, cada vez mais eficazes, de um Governo que tem a recuperação de uma Região a fazer e, ao mesmo tempo, a sua preparação para a lançar nos desafios

do futuro que agora se nos deparam.

Esta é a posição que nós assumimos, a posição de confiança, a posição do optimismo, confiança e optimismo que se misturam numa sadia esperança de que é possível conseguir, na convicção de que é possível apelar à solidariedade de todos os portugueses, e fazer cair sobre esta Região os meios e os recursos necessários para que possamos viver, de corpo inteiro, como cidadãos portugueses.

É esta convicção, é esta esperança, que animam o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata! Não temos da nossa vida, não temos do nosso futuro uma visão derrotista ou pessimista, porque temos também a certeza da experiência conseguida ao longo destes 12 anos!

Já aqui tive oportunidade de dizer em ocasião semelhante que, face ao Governo, o Plano e Orçamento significam também um voto de confiança.

É preciso confiar nas pessoas! É preciso confiar na seriedade, na boa vontade e na recta intenção de quem governa!

Aquele Governo é o Governo do Partido Social Democrata, mas é o Governo dos Açores, desta Região, que se assume perante o nosso País e perante a Europa com a vontade de se erguer do atraso a que esteve remetida anos e anos!

Para terminar, gostaria de parafrasear um pouco a parte final da intervenção do Presidente do meu Grupo Parlamentar, e diria que a postura política nesta Região tem que ser pautada pela inteligência para pensar formas novas, pela vontade para lutar por melhores dias e, sobretudo isto, misturado com uma capacidade de amar e servir este Povo!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão requereu a votação dos Programas em separado, ou seja, um por um.

Assim sendo, passamos à votação do Programa nº 1, ou melhor, à proposta de aditamento apresentada pelo Partido Comunista Português.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de aditamento façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada

com 26 votos contra do PSD, 21 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Votamos agora o Programa nº 1 da proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa nº 1 foi aprovado por maioria com 26 votos favoráveis do PSD, 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa nº 2.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa nº 2 foi aprovado por maioria com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa nº 3.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa nº 3 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa nº 4.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa nº 4 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa nº 5.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa nº 5 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra

do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa nº 6.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 6 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa nº 7, para o qual existe uma proposta de aditamento, apresentada pelo PCP, a qual passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de aditamento façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Programa nº 7 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 7 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto contra do PCP:

Presidente: Programa nº 8.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 8 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa nº 9, para o qual existe uma proposta de alteração apresentada pelo PCP, e que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, 21 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Programa nº 9 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 9 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa nº 10, para o qual existe uma proposta de aditamento, apresentada pelo PCP e que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, 21 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Programa nº 10 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 10 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Programa nº 11.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 11 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa nº 12, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PCP e que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra

façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, 21 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Programa nº 12 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Programa nº 13.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 13 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa nº 14.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 14 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa nº 15.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 15 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Para facilitar a vida aos Srs. Deputados do Partido Socialista...

(Risos da Câmara)

...e uma vez que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar me declara que é intenção de todos os Srs. Deputados do Partido Socia-

lista votarem contra todos os Programas, eu proponho que fiquem dispensados de se levantarem e o Sr. Secretário da Mesa terá isso em consideração.

Os Srs. Deputados do CDS também têm a intenção de votarem contra?

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Absterem-se.

Presidente: Absterem-se em todos os Programas?

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Exatamente, Sr. Presidente.

Presidente: Assim sendo, fica o mesmo já declarado, ficando só em causa as propostas de alteração ou de aditamento, tendo o Sr. Deputado do Partido Comunista que declarar a sua intenção de voto, Programa a Programa, como requereu.

Passamos agora ao Programa nº 16.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 16 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa nº 17.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 17 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa nº 18.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 18 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A alteração que nós propunhamos no Programa 19 era em função de propostas anteriores e, assim sendo, vamos retirar a nossa proposta.

Presidente: Fica então retirada a proposta de alteração para o Programa 19, o qual passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 19 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos ao Programa nº 20, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PCP, e que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Programa nº 20 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 20 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Programa nº 21.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 21, foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Passamos ao Programa nº 22, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PCP, e que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Programa nº 22 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 22 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Programa nº 23.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 23 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa nº 24, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PCP, e que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, 21 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Programa nº 24 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 24 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa nº 25 existe uma proposta de aditamento, apresentada pelo PCP, e que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, 21 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Programa nº 25.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 25 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa nº 26.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 26 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Para o Programa nº 27 existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PCP, e que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, 21 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Programa nº 27 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 27 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 20 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa nº 28.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 28 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 20 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa nº 29.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 29 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa nº 30.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 30 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Para o Programa nº 31 existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PCP, e que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, 21 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Programa nº 31 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 31 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Para o Programa nº 32 existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PCP, e que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam com

esta proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, 21 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Programa nº 32 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 32 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa nº 33.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 33 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa nº 34.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 34 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa nº 35.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 35 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa nº 36.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra

façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 36 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa nº 37.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 37 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa nº 38.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 38 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa nº 39.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 39 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa nº 40.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 40 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa nº 41.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 41 foi aprovado

com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa nº 42.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 42 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa nº 43.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 43 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

Presidente: O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra para?...

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Para uma curtíssima declaração de voto.

Presidente: Desculpe, mas não lhe posso dar a palavra, uma vez que o CDS já esgotou o seu tempo.

Passamos agora ao Orçamento e à sua votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam com o Orçamento, na generalidade, façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Orçamento foi aprovado por maioria, com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Srs. Deputados, há uma proposta de aditamento de um artigo 6º-A, apresentada pelo Partido Comunista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para uma intervenção muito rápida em relação a esta proposta.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de um minuto e meio para a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nós consideramos da mais alta importância que seja consagrado um acréscimo salarial ao funcionalismo da Região.

Disse.

Presidente: Votamos então, em primeiro lugar, a proposta de aditamento de um artigo 6º-A.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, 21 abstenções do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais propostas de alteração, a Mesa propõe que se faça a votação por capítulos.

Assim, se não virem inconveniente, votaremos o Capítulo I, formado pelos artigos 1º e 2º e os respectivos mapas.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Capítulo I foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Passamos ao Capítulo II, formado pelos artigos 3º, 4º e 5º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Capítulo II foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que a dívida pública tem crescido nos últimos tempos (e muito!).

Consideramos também que há que fazer um esforço no sentido de controlar esta mesma dívida pública;

Consideramos ainda que, sendo necessário recorrer a ela, há que discutir, caso a caso, aqui, nesta Assembleia.

Disse.

Presidente: Votamos agora o Capítulo III, que engloba os artigos 6º e 7º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Capítulo III foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, 2 votos favoráveis do CDS, 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS.

Presidente: Votamos agora o Capítulo IV, formado pelos artigos 8º e 9º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Capítulo IV foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, 2 votos favoráveis do CDS, 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos de hoje.

Reiniciamos na próxima segunda-feira, dia 27, às 15.00 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Interpelação ao Governo.

Ficam, desde já, convocados os Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma Conferência às 14.30 horas.

Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa tarde.

(Eram 13.45 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PS - Duarte Pires; CDS - Alvarino Pinheiro).

A Redactora Principal: Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.